



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**JAKCIANE SIMÕES DOS SANTOS**

**O CADASTRO ÚNICO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO E  
PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS: UM ESTUDO SOBRE O  
CADÚNICO NO MUNICÍPIO DE ARACATI/CE**

**ARACATI  
2021**

**JAKCIANE SIMÕES DOS SANTOS**

**O CADASTRO ÚNICO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO E  
PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS: UM ESTUDO SOBRE O  
CADÚNICO NO MUNICÍPIO DE ARACATI/CE**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Vilma Coelho Moreira Faria.

**ARACATI**

**2021**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Santos, Jakciane Simões dos.

S233c

O cadastro único como ferramenta de inclusão e planejamento de políticas sociais: um estudo sobre o CadÚnico no município de Aracati/Ce / Jakciane Simões Dos Santos. - Redenção, 2021. 67f: il.

Monografia - Curso de Gestão Pública - 2020.1, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

Orientador: Profa. Dra. Maria Vilma Coelho Moreira Faria.

1. CadÚnico (Sistema de recuperação da informação). 2. Direitos sociais. 3. Planejamento. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 361.610981

---

**JAKCIANE SIMÕES DOS SANTOS**

**O CADASTRO ÚNICO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO E  
PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS: UM ESTUDO SOBRE O  
CADÚNICO NO MUNICÍPIO DE ARACATI/CE**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB.

Aprovado em: 11/09/2021.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Vilma Coelho Moreira Faria (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

**Prof. Dr. Eduardo Soares Parente**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Polyana Karina Mendes Ximenes**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

## RESUMO

O Cadastro Único é um banco de dados que une as informações da população de baixa renda no Brasil e, portanto, significa uma importante ferramenta na viabilização de direitos. A presente pesquisa foi elaborada com o objetivo de analisar o cadastro único como ferramenta de inclusão e de planejamento das ações da política de assistência social em Aracati/CE, através da percepção dos usuários, dos servidores e da gestão. Por meio da pesquisa bibliográfica foi possível compreender a essencialidade do CadÚnico para o acesso a direitos sociais. Trata-se de pesquisa exploratória qualitativa, que contou com entrevista estruturada realizada com usuários e entrevista semiestruturada com servidores. Os resultados da pesquisa evidenciaram que quanto mais distante residem os usuários, mais dificuldades estes têm de acesso aos serviços e a informações sobre o cadastro único e os programas sociais; os servidores têm uma visão ampla sobre a importância do CadÚnico e percebem a necessidade de melhorias no setor, além disso entendem a importância do CadÚnico como ferramenta de planejamento das ações da assistência social, mas acreditam que esse instrumento possa ser melhor utilizado. Diante do exposto, constatou-se que o setor de cadastro único vem enfrentando dificuldades, as quais se acentuaram em decorrência da pandemia pela covid-19, havendo a necessidade de contratação de servidores, melhoria na operacionalização do serviço e na infraestrutura.

**Palavras-chave:** CadÚnico. Direitos sociais. Inclusão. Planejamento.

## RESUMEN

El *Cadastro Único (CadÚnico)* es una base de datos que recopila información de la población de bajos ingresos en *Brasil* y, por lo tanto, representa una herramienta importante para viabilizar los derechos. La presente investigación se elaboró con el objetivo de analizar el *Cadastro Único* como herramienta de inclusión y planificación de acciones de política asistencial en *Aracati/CE*, a través de la percepción de usuarios, servidores y gestión. Por medio de la investigación bibliográfica se pudo comprender la esencialidad del *CadÚnico* para el acceso a los derechos sociales. Se trata de una investigación cualitativa exploratoria, que incluyó una entrevista estructurada realizada con usuarios y una entrevista semiestructurada con servidores. Los resultados de la encuesta mostraron que cuanto más distantes viven los usuarios, más dificultades tienen para acceder a los servicios y la información sobre el *Cadastro Único* y los programas sociales; Los servidores tienen una visión amplia de la importancia del *CadÚnico* y perciben la necesidad de mejoras en el sector, además entienden la importancia del *CadÚnico* como herramienta para planificar acciones de asistencia social, pero creen que este instrumento se puede aprovechar mejor. Frente a la exposición, se encontró que el sector de *Cadastro Único* ha venido enfrentando dificultades, las cuales se acentuaron como consecuencia de la pandemia covid-19, con la necesidad de contratar servidores, mejorar la operación del servicio y la infraestructura.

**Palabras clave:** *CadÚnico*. Derechos Sociales. Inclusión. Planificación.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Motivo do atendimento	36
<b>Gráfico 2</b> – Acesso aos postos de atendimento do CadÚnico	37
<b>Gráfico 3</b> – Conhecimento sobre programas sociais	37
<b>Gráfico 4</b> – Beneficiários de programas sociais	38
<b>Gráfico 5</b> – Formas de acesso à informação	38
<b>Gráfico 6</b> – Dificuldade de acesso a programas sociais por falta de informação	39
<b>Gráfico 7</b> – Importância do Cadastro Único	40

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Perfil dos usuários	32
<b>Quadro 2</b> – Perguntas norteadoras da entrevista com usuários	35
<b>Quadro 3</b> – Perfil dos servidores	41
<b>Quadro 4</b> – Perguntas norteadoras da entrevista com servidores	42
<b>Quadro 5</b> – Perguntas norteadoras da entrevista com Coordenador do CadÚnico e Gerente Executivo da Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social	50

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA – Ação de Distribuição de Alimentos  
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
CADÚNICO – Cadastro Único  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CPF – Cadastro de Pessoa Física  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
GPTE – Grupos Tradicionais e Específicos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ID JOVEM – Identidade Jovem  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
LBA – Legião Brasileira de Assistência  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
MEC – Ministério da Educação  
NIS – Número de Identificação Social  
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social  
NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social  
PBF – Programa Bolsa Família  
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PTRF – Programa de Transferência de Renda Focalizado  
RF – Responsável Familiar  
SCDS – Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social  
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
SENARC – Secretaria Nacional de Renda e Cidadania  
SISU – Sistema de Seleção Unificada  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
UBS – Unidade Básica de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>POLÍTICAS SOCIAIS: CONCEITO E BREVE HISTÓRICO</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>CADASTRO ÚNICO: PORTA DE ENTRADA PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS</b>	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>PROGRAMAS SOCIAIS USUÁRIOS</b>	<b>23</b>
4.1	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	23
4.2	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)	24
4.3	TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA	24
4.4	CARTEIRA DO IDOSO	24
4.5	FACULTATIVO DE BAIXA RENDA	25
4.6	ID JOVEM	25
4.7	PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS	25
4.8	PLANO PROGREDIR	26
4.9	PROGRAMA CISTERNAS	26
4.10	PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	26
4.11	PETI	27
4.12	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	27
4.13	PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO	28
4.14	PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA	28
4.15	CRÉDITOS INSTALAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA	28
4.16	AÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS	29
4.17	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	29
4.18	SISU/LEI DE COTAS	29
4.19	ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS/ENEM	30
<b>5</b>	<b>1 METODOLOGIA</b>	<b>31</b>
<b>6</b>	<b>2 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>34</b>
6.1	A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS ACERCA DO CADASTRO ÚNICO	34
6.2	A PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES ACERCA DO CADASTRO ÚNICO	43
6.3	A PERCEPÇÃO DO COORDENADOR E DA GERÊNCIA EXECUTIVA ACERCA DO CADASTRO ÚNICO	51
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>57</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>60</b>
	<b>APÊNDICE A</b>	<b>62</b>
	<b>APÊNDICE B</b>	<b>65</b>
	<b>APÊNDICE C</b>	<b>66</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a mais nova dentre as políticas que compõem o tripé da Seguridade Social, desenvolve importante papel no âmbito da proteção social brasileira, apesar das diversas e ainda não superadas dificuldades que enfrenta.

Conforme explana Sposati, “a velha regra conservadora brasileira persiste. Tudo é bem posto no papel, mas as forças sociais conservadoras permanecem analfabetas para tais ideias e compromissos” (SPOSATI, 2007a, p. 43).

Historicamente, a assistência social foi marcada por práticas voluntaristas, caritativas, pulverizadas e benemerentes, como também utilizada como moeda de troca em todos os níveis de governo.

Sposati (2007b, p. 10), ao falar acerca da LBA (Legião Brasileira de Assistência), órgão assistencial criado na década de 1940 no Brasil, alerta para esse caráter assistencial inerente à assistência social àquela época:

Em outubro de 1942, a legião campanhista se torna uma sociedade civil de finalidades não econômicas, voltada para ‘congregar as organizações de boa vontade’. Aqui a assistência social como ação social é ato de vontade e não direito de cidadania.

Foi somente com a Constituição Federal de 1988 que a assistência social ganhou o estatuto de direito e, portanto, o Estado passou a ser obrigado a estruturá-la como política pública, como corrobora Sposati (1995, p. 15): “É a partir da Constituição que a assistência social surge com a saúde e a previdência da seguridade social, e portanto como um direito social”.

A partir de então, a política começou a ser estruturada e institucionalizada, mesmo que de forma lenta e gradual.

O Cadastro Único para Programas Federais (CadÚnico), criado por meio do Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001, posteriormente revogado pelo Decreto 6.135, de 26 de junho de 2007, é fruto desse processo de consolidação da política de assistência social no Brasil e pode ser definido como um banco de dados que possibilita a identificação da população de todo o território brasileiro, especialmente aquela em situação de vulnerabilidade social.

O CadÚnico se caracteriza como um importante instrumento de mapeamento da pobreza, identificação de vulnerabilidades e riscos sociais e de gestão de políticas sociais. Apesar de estar vinculado à política de Assistência Social, as informações contidas nele podem ser utilizadas pelas mais diversas políticas públicas executadas pela gestão pública nas três esferas de governo como uma ferramenta de planejamento e gestão de suas ações, podendo contribuir para a integração das políticas de proteção social.

O Cadastro Único é a porta de entrada para acesso às políticas sociais. Um dos programas a que o CadÚnico possibilita o acesso é o Programa Bolsa Família, um dos destaques quando se trata de programas de transferência de renda no âmbito da política de assistência social no Brasil.

O Programa Bolsa Família é um Programa de Transferência de Renda, instituído em 20 de outubro de 2003 pela Medida Provisória 132, convertida na lei 10.836 em 09 de janeiro de 2004. É por meio do Cadastro Único que as famílias são selecionadas para serem beneficiárias do programa.

No Brasil, 29.847.849 famílias estavam inscritas no Cadastro Único no mês de abril de 2021, o que significa 76.999.108 pessoas cadastradas. Destas, 14.487.289 de famílias possuíam renda per capita de até R\$ 89,00 e 2.820.604 famílias possuíam renda per capita entre 89,01 e 178,00, o que as caracteriza como famílias em situação de extrema pobreza e pobreza respectivamente. No mês de junho de 2021, 14.695.025 de famílias foram beneficiadas com o programa Bolsa Família no Brasil (BRASIL, 2021a).

No município de Aracati, que conta com uma população estimada de 74.975 habitantes (IBGE, 2020), a quantidade de famílias inscritas no CadÚnico até abril de 2021 era de 12.736 famílias, destas, 7.070 foram beneficiadas com o Programa Bolsa Família no mês de junho de 2021, significando uma taxa de 77,5% da estimativa de famílias em situação de pobreza no município (BRASIL, 2021a).

Apesar da extrema relevância do Cadastro Único na consolidação das políticas sociais e para o acesso aos direitos sociais, nos últimos anos, não só ele, mas as políticas sociais de maneira geral vem sendo ameaçadas pelos desmontes governamentais. Cabe mencionar a recente proposta do governo Bolsonaro em descaracterizar o atendimento presencial hoje existente aos usuários nos postos de atendimento do CadÚnico para implementar uma forma de cadastramento totalmente online.

Sabe-se que tal medida culminará na exclusão de milhares de brasileiros que não têm acesso a internet ou que não apresentam habilidades com as ferramentas tecnológicas, como também tende a dificultar o acesso destes à rede de proteção social, pois retira o direito dos usuários de serem atendidos em sua totalidade, com os devidos encaminhamentos para outros setores e/ou políticas a depender de cada situação específica e quando necessário.

Além das agressões vindas do governo federal, o descaso por parte de algumas gestões municipais em relação a um equipamento como o Cadastro Único é tão preocupante quanto aquelas.

Diante do exposto, essa pesquisa é extremamente relevante, no sentido da necessidade de afirmação da relevância do CadÚnico como ferramenta que contribui para o acesso a direitos dos usuários da Política de Assistência Social, que já é uma política pouco consolidada, se comparada às demais políticas de Seguridade Social, como também pela importância que os dados do CadÚnico significam para a realização de estudos socioeconômicos, os quais possam viabilizar a elaboração das políticas sociais.

O interesse em realizar o presente estudo foi fruto de um conjunto de fatores que incluem o aprendizado teórico adquirido na formação de assistente social e a experiência como trabalhadora do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) no município de Aracati na função de entrevistadora do CadÚnico.

A experiência profissional no setor de Cadastro Único, com funcionamento na sede da Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social do município de Aracati, possibilitou a elaboração do problema desta pesquisa. No cotidiano da prática profissional, foi possível perceber que boa parte dos usuários do serviço não têm acesso a informações que os possibilitem compreender o que é, como funciona, a importância e a abrangência que tem o Cadastro Único, conhecendo apenas o “cadastro que os possibilita receber o bolsa família”.

Em consonância com o exposto, Freire (2016, p. 42) relata que

Há uma grande carência de informação sobre o Cadastro Único acerca dos direitos e em relação aos programas e benefícios que não são divulgados para os usuários inscritos. É importante o usuário conhecer seus direitos com o objetivo de proporcionar não só a informação, mas que esses usuários usufruam dos programas sociais disponíveis.

O estudo, portanto, se propôs a contribuir para a academia e para a gestão pública municipal, visto que são poucos os trabalhos que abordam a temática do Cadastro Único e a sua importância para o desenvolvimento de políticas que considerem em sua gênese a realidade social da população, especialmente em âmbito municipal, que é a esfera onde as políticas públicas são, de fato, executadas.

Munindo-se das motivações acima mencionadas, a questão norteadora desta pesquisa foi a seguinte: qual a percepção dos usuários, dos servidores e da gestão acerca do Cadastro Único como ferramenta de inclusão e planejamento das ações da assistência social em âmbito municipal em Aracati/CE?

Dessa maneira, o objetivo geral foi o de analisar a percepção dos usuários, dos servidores e da gestão acerca do Cadastro Único como ferramenta de inclusão e planejamento das ações da política de assistência social no município de Aracati/CE.

Como objetivos específicos, pretendia-se identificar como se dá o acesso dos usuários a informações e aos serviços do CadÚnico no município de Aracati; exprimir de que maneira o município de Aracati utiliza os dados do CadÚnico no planejamento das ações da assistência social; levantar sugestões de melhoria para o setor de cadastro único no município de Aracati.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória e de abordagem qualitativa. Para coleta de dados, utilizamos a pesquisa bibliográfica, através de consulta a livros, trabalhos acadêmicos sobre o tema em questão, legislações e documentos elaborados pelo governo federal, e a pesquisa de campo, através de entrevista estruturada com usuários do Cadastro Único e de entrevista semiestruturada com servidores.

O trabalho encontra-se estruturado em três capítulos, no primeiro, intitulado “Políticas Sociais: conceito e breve histórico”, temos uma discussão voltada para o conceito de políticas sociais e como estas surgiram no contexto global e nacional. No segundo capítulo, “Cadastro Único: porta de entrada para as políticas sociais”, apresentamos a regulamentação do CadÚnico por meio do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e da Portaria nº 177, de 16 de junho de 2011. No terceiro capítulo, que tem como nome “Programas Sociais Usuários”, são apresentados os principais programas sociais que utilizam obrigatoriamente o Cadastro Único para a seleção dos beneficiários. Por último, apresentamos os resultados e discussão da pesquisa.

## 2 POLÍTICAS SOCIAIS: CONCEITO E BREVE HISTÓRICO

As diferenças inerentes à sociedade fazem com que existam múltiplas possibilidades de cooperação, competição e conflito. Quando ocorre o conflito no âmbito da sociedade, duas ações são possíveis por parte do Estado: a coerção e a política. Tendo em vista que a coerção gera reação, as pessoas preferem a política, que “corresponde à força exercida pelo Estado para fazer valer o direito” (RUA, 2014, p. 15).

Nesse sentido, pode-se afirmar que as políticas públicas resultam da atividade política e “compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos” (ibidem, p. 17).

Para Pereira (2008, p. 94), o que define mais fortemente as políticas públicas é o fato de estas serem públicas, incluindo, portanto, além do Estado, a sociedade. Assim, afirma que “a política pública não é só do Estado, visto que, para sua existência, a sociedade também exerce papel ativo e decisivo; e o termo público é muito mais abrangente do que o termo estatal”.

Dentre as características das políticas públicas expostas por Pereira (2008, p. 95), uma enfatiza a importância de tais políticas na materialização dos direitos sociais conquistados historicamente:

Visa concretizar direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados nas leis. Ou melhor, os direitos sociais declarados e garantidos nas leis são, de regra, conquistas da sociedade e só tem aplicabilidade por meio de políticas públicas, as quais, por sua vez, operacionalizam-se por meio de programas, projetos e serviços.

As políticas públicas e, conseqüentemente, as políticas sociais são as principais responsáveis pela garantia dos direitos da população. É por meio delas, mais especificamente, por meio dos programas, projetos e serviços, que se executam os direitos sociais.

As políticas sociais, portanto, nasceram para responder às expressões da Questão Social. De acordo com Lamamoto (2001, p. 27),

A questão social pode ser percebida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Para Behring e Boschetti (2011, p. 51),

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos a até mesmo respostas e formas de enfrentamento - em geral setorializadas e fragmentadas - às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.

As primeiras expressões contundentes da questão social datam da segunda metade do século XIX. Nesse contexto, as relações de trabalho eram marcadas pelas longas jornadas de trabalho e pela exploração da força de trabalho de crianças, mulheres e idosos. Diante disso, a classe trabalhadora passou a reagir com greves e manifestações, o que demandou respostas das classes e do Estado, materializadas posteriormente em legislações fabris.

Entre meados do século XIX e a terceira década do século XX, tem-se uma verdadeira negação das políticas sociais em decorrência do liberalismo, vertente econômica vigente no referido período. Para os liberais,

O Estado não devia intervir na regulação das relações de trabalho nem deveria se preocupar com o atendimento das necessidades sociais. Mas, paradoxalmente, podia e devia agir firmemente para garantir os interesses liberais de estabelecimento do mercado livre na sociedade civil (ibidem, p. 61).

No liberalismo, as políticas sociais não encontram amplo espaço para se desenvolverem. Há, portanto, a naturalização da miséria e estas são vistas como estimuladoras do ócio e do desperdício. O Estado, por sua vez, deve prestar uma assistência mínima à população, deixando a cargo da iniciativa privada a resolução dos problemas sociais (Estado mínimo).

Ainda que de modo lento e gradual, a mobilização da classe trabalhadora faz com que surjam algumas políticas sociais em diferentes países. Segundo Behring e Boschetti (2001), as primeiras iniciativas concretas de política social aconteceram no final do século XIX, com caráter mais amplo, planejado, sistematizado e obrigatório.

O início do século XX marca o enfraquecimento do liberalismo. Nesse momento, tem-se como acontecimento as Guerras Mundiais, a crise de 1929 (Grande Depressão) e a Revolução Socialista, o que leva a uma crise de legitimidade do capitalismo. Em tal contexto:

As políticas sociais se multiplicam lentamente ao longo do período depressivo, que se estende de 1914 a 1939, e se generalizam no início do período de expansão após a Segunda Guerra Mundial, o qual teve como substrato a própria guerra e o fascismo e segue até fins da década de 1960.

Ou seja, na passagem do imperialismo clássico para o capitalismo tardio ou maduro (ibidem, p. 69).

No Brasil, as primeiras iniciativas de políticas sociais datam da primeira década do século XIX, período marcado pela luta da classe trabalhadora e, por conseguinte, pela criação das primeiras legislações.

Até 1930, existiram iniciativas no âmbito das políticas sociais esparsas e frágeis. Assim,

Nesse contexto do final do século XIX e início do século XX, é compreender que nosso liberalismo à brasileira não comportava a questão dos direitos sociais, que foram incorporados sob pressão dos trabalhadores e com fortes dificuldades para sua implementação e garantia efetiva. Essa situação começa a se alterar nos anos 1920 e sofrerá mudanças substanciais a partir dos anos 1930 (ibidem, p. 81).

Globalmente, pode-se falar em generalização das políticas sociais no período compreendido entre o pós-crise de 1929-1932 e os anos de 1960, denominados de 30 anos gloriosos em decorrência da expansão das políticas sociais.

No Brasil, houve expansão das políticas aqui referidas, mais precisamente no período de 1930 a 1943, no Governo Vargas, que apesar de ter como uma de suas características a repressão ao movimento operário, ficou marcado pela regulamentação das relações de trabalho, com o intuito de transformar a luta da classe trabalhadora em colaboração (ibidem).

No âmbito da Assistência Social, foi criada a LBA (Legião Brasileira de Assistência Social) em 1942, com características voltadas para o primeiro-damismo, tutela, favor, clientelismo, assistencialismo e seletividade.

Após os anos gloriosos das políticas sociais, vivencia-se uma longa onda depressiva marcada pelo neoliberalismo, com foco em políticas com o objetivo de restaurar o lucro. Nesse contexto, o Estado intervém menos na economia, deixando a cargo do mercado a sua autorregulação.

São ainda características desse momento a estabilidade monetária como objetivo maior, a contenção de gastos sociais, a manutenção de uma taxa natural de desemprego e reformas fiscais com redução de impostos para altos rendimentos.

Assim, para Behring e Boschetti (2011), a reestruturação produtiva, as mudanças na organização do trabalho e a hegemonia neoliberal culminaram em uma reconfiguração das políticas sociais tendo em vista que menos empregos

estáveis tendem a resultar em menos acesso da população a políticas vinculadas ao trabalho.

É nessa conjuntura que se expandem os PTRF (Programas de Transferência de Renda Focalizados) no âmbito da política de assistência social e que é criado o Cadastro Único, com o objetivo de dar suporte à seleção de beneficiários para os programas sociais focalizados.

[...] a construção do Cadastro Único resultou de diversas operações de natureza técnica, para definição e conceituação do público específico (beneficiários) de um conjunto de programas sociais focalizados, os quais representam uma escolha política do governo brasileiro no enfrentamento da pobreza no país (TORRES, 2010, p. 108).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a mais nova dentre as políticas que compõem o tripé da Seguridade Social, desenvolve importante papel no âmbito da proteção social brasileira, apesar das diversas e ainda não superadas dificuldades que enfrenta.

Historicamente, a assistência social foi marcada por práticas voluntaristas, caritativas, pulverizadas e benemerentes, como também utilizada como moeda de troca em todos os níveis de governo.

Sobre esse critério de favor inerente à história da Política de Assistência Social, Sposati afirma o seguinte:

Defendo a assistência social, pelo disposto na CF-88, como política de seguridade social, portanto, política de proteção social a riscos e vulnerabilidades sociais que se objetivam em prover determinadas necessidades sociais e afiançar determinadas seguranças sociais. Desta feita, a assistência social não é “mãe dos pobres” e, muito menos, mãe de “pobres envergonhados”. Caso me fosse possível, diria até que essa versão agride o disposto constitucional, raiando as beiras de uma inconstitucionalidade. A identidade atribuída de forma conservadora e moralista à assistência social, no interior do Estado, nega ao cidadão seus direitos (SPOSATI, 2007a, p. 441).

Foi somente com a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 203 e 204, que a assistência social ganhou o estatuto de direito e, portanto, o Estado passou a ser obrigado a estruturá-la como política pública.

A partir de então, tem-se como marcos normativos e estruturantes da PNAS: a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), de 1993; a implantação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), a partir de 2005; como também a elaboração e publicação da NOB-SUAS (Norma Operacional Básica do Sistema

Único de Assistência Social), da NOB-RH SUAS (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social) e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

### 3 CADASTRO ÚNICO: PORTA DE ENTRADA PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS

Nesse tópico, será realizada análise de dois documentos que versam sobre o CadÚnico, a saber o Decreto 6.135, de 26 de junho de 2007 e a Portaria nº 177, de 16 de junho de 2011.

De acordo com o Decreto 6.135, em seu artigo 2º, o CadÚnico é um instrumento de identificação e caracterização social e econômica das famílias brasileiras que se enquadram em situação de baixa renda e deve ser obrigatoriamente utilizado tanto na seleção de beneficiários quanto na integração entre os programas sociais do Governo Federal (BRASIL, 2007).

O cadastro é constituído por sua base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos e tem como objetivos:

I - a unicidade das informações cadastrais; II - a integração, por meio do cadastro, dos programas e políticas públicas que o utilizam; e III - a racionalização do processo de cadastramento pelos diversos órgãos. Parágrafo único. A fim de que se atinjam os objetivos do caput, será atribuído a cada indivíduo cadastrado um número de identificação social, nos termos estabelecidos pelo órgão gestor nacional do CadÚnico (ibidem).

Ainda de acordo com o Decreto em análise, o conceito de família adotado no CadÚnico é o de “unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela família, todos moradores de um mesmo domicílio” (ibidem).

Já para serem consideradas famílias de baixa renda, estas devem possuir renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda mensal total de até três salários mínimos. Este, portanto, é o público do Cadastro Único. Apesar disso, famílias que tenham renda superior poderão ser inseridas no cadastro, caso a inclusão esteja vinculada à seleção de programas sociais.

O cadastramento das famílias fica a cargo dos municípios e as informações prestadas no ato da entrevista terão validade de 2 anos, devendo após esse período serem atualizados (quando há alteração das informações anteriormente prestadas) ou revalidados (quando não há alterações nas informações).

É importante ressaltar que, nos termos do Decreto 6.135, as informações do CadÚnico são sigilosas e podem ser utilizadas apenas para a formulação e

gestão das políticas públicas e realização de estudos e pesquisas. Os municípios, assim como os demais entes da federação, poderão utilizá-los para a elaboração de políticas públicas locais.

A Portaria nº 177, de 16 de junho de 2011, a qual define procedimentos para a Gestão do Cadastro Único, traz conceitos importantes para o entendimento do órgão. Entre elas o conceito de família, já explanado acima, de domicílio, morador, responsável pela unidade familiar, família em situação de rua, povos indígenas, comunidades quilombolas, pessoas resgatadas de trabalho análogo a de escravidão; cadastro válido; cadastro atualizado; cadastro revalidado; exclusão lógica do cadastro e exclusão física do cadastro.

Para o CadÚnico, domicílio é o local que serve de moradia à família e morador é aquele (a) que tem o domicílio como local habitual de residência e nele esteja morando na data da entrevista ou que, mesmo ausente, tenha o local como residência habitual. Podem ser considerados moradores, ainda, pessoas que estejam ausentes pelo período de 12 meses ou menos por motivos de internação em estabelecimentos de saúde, Instituições de Longa Permanência para Idosos, equipamentos que prestam serviços de acolhimento, instituições de privação de liberdade, ou estabelecimentos similares.

Para que as famílias possam ser cadastradas, é necessário que uma pessoa da família fique responsável por prestar as informações sempre que necessário, essa pessoa é a Responsável Familiar, que precisa ser um dos componentes da família, residente no domicílio, deve ter no mínimo 16 anos e ser, preferencialmente, mulher.

A família em situação de rua é aquela que vive em situação de extrema pobreza e utiliza logradouros públicos e áreas degradadas como moradia temporária ou permanente e fonte de sustento ou que utiliza unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Os povos indígenas também são um tipo de população bastante enfatizada como público prioritário das ações do CadÚnico. De acordo com a Portaria em análise, estes se caracterizam por serem descendentes de populações residentes no país ou região geográfica pertencente ao Brasil no período da colonização.

Outro grupo prioritário são as comunidades quilombolas, que têm características étnico-raciais peculiares por autodeclaração, com presunção de ancestralidade negra e história de resistência às opressões vividas pelos negros.

As pessoas resgatadas de trabalho análogo à escravidão são aquelas que foram resgatadas por órgãos competentes e que se encontravam submetidas a situação de trabalho forçado, servidão por dívida, jornada exaustiva e trabalho degradante.

Os conceitos de cadastro válido, atualizado e revalidado são, respectivamente: o que atende de maneira integral os requisitos de validação, conforme a versão Sistema do CadÚnico; o registro que sofreu alterações das informações no prazo máximo de dois anos, contados da data da inclusão ou atualização; o registro que passou por confirmação das informações prestadas no prazo máximo de dois anos.

As exclusões lógica e física do cadastro se diferenciam pelo fato de que na primeira, os dados continuam visíveis na base de dados do CadÚnico na situação de excluído, já a exclusão física apaga definitivamente os dados do sistema.

O processo de cadastramento das famílias deve seguir as fases de identificação do público usuário, coleta de dados, inclusão dos dados no sistema, atualização ou revalidação dos dados.

A identificação do público-alvo do CadÚnico deve ocorrer antes da fase de coleta de dados. A coleta de dados poderá ser realizada de três maneiras, por meio de visita domiciliar, de forma prioritária, a fim de facilitar o acesso de famílias com dificuldades de locomoção ou informação; em postos de coleta fixos, que devem estar localizados de preferência em áreas com maior abrangência de famílias em situação de baixa renda; ou por meio de postos de atendimento itinerantes, com o objetivo de atender demandas pontuais ou de famílias com domicílio muito distante dos pontos fixos.

Os postos de atendimento, sejam fixos ou itinerantes, devem possuir infraestrutura capaz de atender de forma satisfatória a população e de executar atendimento preferencial a idosos, gestantes e pessoas com deficiência.

Os formulários são a forma pela qual os dados preferencialmente devem ser coletados. Estes poderão ser preenchidos manualmente ou diretamente no sistema do CadÚnico, desde que seja efetuada a impressão dos formulários ou da Folha Resumo, que deve conter, minimamente, a renda per capita da família, o

endereço e a composição familiar com nome completo, NIS (Número de Identificação Social), data de nascimento e parentesco em relação ao Responsável Familiar (RF).

Os documentos obrigatórios para a realização da coleta de dados são o número do CPF (Cadastro de Pessoa Física) ou o número de Título de Eleitor para o RF, e para os demais componentes da família, qualquer documento de identificação indicado no formulário. Também são documentos necessários de serem apresentados pelo RF os comprovantes de endereço e de matrícula de crianças e adolescentes entre 06 e 17 anos que estejam frequentando a escola.

Após a coleta de dados, as informações prestadas pelo RF são digitadas no sistema, em caso de coleta manual, sendo então atribuídos o Código Familiar, código que identifica a família, e o NIS (Número de Identificação Social) para cada membro do grupo familiar. O NIS tem caráter único, pessoal e intransferível, nos termos da Portaria 177/2011.

A administração do sistema de CadÚnico é de responsabilidade da SENARC (Secretaria Nacional de Renda e Cidadania) contando com apoio operacional da Caixa Econômica Federal. Os municípios e o Distrito Federal são responsáveis pela administração da base de dados em âmbito local.

São competências do município a identificação e coleta de dados, a digitação, a atualização dos registros, seja diante de modificações dos dados ou revalidação, a promoção dos dados do CadÚnico para o planejamento e gestão das políticas públicas municipais com foco na população de baixa renda, controle e prevenção de fraudes e inconsistências cadastrais, adoção de procedimentos para a constatação das informações prestadas, o zelo pela guarda e sigilo das informações, como também a disponibilização destas às instâncias de Controle Social (BRASIL, 2011).

## 4 PROGRAMAS SOCIAIS USUÁRIOS

Nesta seção, serão pontuados os principais programas sociais que utilizam o CadÚnico como forma de seleção dos beneficiários. Para tanto, utilizou-se o documento “Noções sobre Programas Usuários”, módulo parte do curso “Cadastro Único: conhecer para incluir”, desenvolvido pelo Ministério da Cidadania em parceria com a Universidade Federal de Viçosa, com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e com o Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável.

Inicialmente, é importante pontuar que o CadÚnico e os programas sociais são coisas distintas. O primeiro possibilita a identificação das famílias com maior grau de vulnerabilidade social e, portanto, facilita a utilização desses dados pelos órgãos e instituições na seleção dos beneficiários dos programas. “Além disso, contribui para o planejamento, implementação e avaliação de diferentes programas e políticas públicas” (BRASIL, 2021b, p. 06).

Já programas usuários, como denominado no documento em análise,

[...] são políticas públicas que se traduzem em ações governamentais, que buscam melhorar as condições de vida da população. Os Programas Sociais Usuários são aqueles programas sociais que têm o Cadastro Único como requisito obrigatório para a seleção ou acompanhamento de beneficiários, ou seja, os programas sociais usuários buscam melhorar as condições de vida das famílias que foram incluídas no Cadastro Único. Eles podem ser ofertados na forma de benefícios monetários ou em serviços sociais (ibidem, p. 06).

É importante salientar que a seleção dos usuários pode ocorrer em qualquer uma das esferas, seja municipal, estadual ou federal e, apesar de todos os programas aqui analisados terem como condição obrigatória a inscrição dos usuários no CadÚnico, cada um possui seus critérios específicos para a seleção dos beneficiários, conforme veremos a seguir.

### 4.1 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família, criado pela lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004, é um programa de transferência de renda condicionada, isto é, para serem beneficiárias, as famílias devem se enquadrar no perfil de renda de até 178,00 e devem cumprir

algumas condições, como manter as crianças e adolescentes frequentando a escola, crianças de até 06 anos com a vacinação em dia e as gestantes em acompanhamento pré-natal.

Os valores transferidos às famílias variam de acordo com a renda e a composição familiar de cada uma. Participam do programa famílias com renda mensal per capita de até R\$ 89,00 e famílias com renda mensal per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 que possuam em sua composição crianças, adolescentes e gestantes.

#### 4.2 BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

Regulamentado pela LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, alterado pelo Decreto nº 8.808, de 15 de julho de 2016, o BPC (Benefício de Prestação Continuada) é um benefício que prevê o pagamento de um salário mínimo à Pessoa com Deficiência ou ao idoso de 65 anos ou mais, mediante o critério de renda familiar per capita mensal, que deve ser inferior a um quarto de salário mínimo. Além disso, os usuários desse programa são pessoas que não conseguem suprir suas próprias necessidades e nem de tê-las supridas por sua família.

#### 4.3 TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA

A Tarifa Social de Energia Elétrica, que tem como legislação a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, o Decreto nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 e a Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010, é a concessão de desconto na conta de luz para aqueles que estão inscritos no CadÚnico, que são beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada) ou portadores de alguma patologia que requeira uso contínuo de aparelhos que demandem uso de energia elétrica.

#### 4.4 CARTEIRA DO IDOSO

A Carteira do Idoso garante viagens interestaduais gratuitas para idosos, podendo estas serem realizadas em ônibus, trens ou barcos. Têm direito ao

benefício idosos a partir de 60 anos com renda individual mensal de até 2 salários mínimos. A legislação que trata da Carteira do Idoso é a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o Decreto nº 5.934, de 18 de outubro de 2006, o Decreto nº 9.921, de 18 de julho de 2019 e a Resolução CIT nº 4, de 18 de abril de 2007.

#### 4.5 FACULTATIVO DE BAIXA RENDA

O Programa Facultativo de Baixa Renda, regido pela Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011 (altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991), é uma alternativa para as donas de casa ou para os homens que exerçam a atividade do lar terem acesso à previdência social. Para serem beneficiários, os usuários precisam não possuir renda própria, serem membros de família com renda familiar de até 2 salários mínimos e se dedicar exclusivamente ao trabalho doméstico. A contribuição é de 5% do salário mínimo para aqueles que se enquadrarem nos critérios.

#### 4.6 ID JOVEM

Regulamentada pelo Decreto nº 8.537, de 5 de outubro de 2015, pela lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude) e pela lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013 (meia-entrada), a Identidade Jovem ou ID Jovem é destinada ao público jovem entre 15 e 29 anos de baixa renda com renda familiar mensal de até 2 salários mínimos. O documento digital dá acesso a meia-entrada em eventos artísticos-culturais e esportivos, além da reserva de vagas em transporte coletivo interestadual.

#### 4.7 PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, conforme versam a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, o Decreto nº 9.221, de 6 de dezembro de 2017 e o Decreto nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011, tem como objetivo incentivar práticas produtivas sustentáveis, a partir do financiamento da produção de famílias agricultoras. Podem participar do programa agricultores familiares, assim como também outros Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE) que tenham renda familiar per capita de até 89,00.

#### 4.8 PLANO PROGREDIR

A Resolução nº 4.000, de 25 de agosto de 2011 e a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005 regem o Plano Progridir (Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado). Tal programa objetiva o incentivo à geração de trabalho e renda para microempreendedores populares, através da disponibilização de crédito para o microcrédito produtivo orientado. Os critérios para ter direito ao programa são ter renda de até meio salário mínimo por pessoa ou renda familiar total de até três salários mínimos.

São critérios do Plano Progridir também os presentes na

Resolução nº 4.000/2011, art. 2º, que considera população de baixa renda (abaixo da linha de pobreza não definida ou detentores de contas especiais de depósitos ou com saldo médio mensal inferior a R\$ 3 mil), ou microempreendedores com renda bruta anual de até R\$ 120 mil (ibidem, p. 11).

#### 4.9 PROGRAMA CISTERNAS

O Programa Cisternas (Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água), criado e regido pela Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, pelo Decreto nº 8.038, de 4 de julho de 2013 e pelo Decreto nº 9.606, de dezembro de 2018, atende famílias de baixa renda residentes na área rural e sem acesso à água potável por viverem em locais com tendência de seca.

Este tem o intuito de possibilitar o acesso à água para consumo e para a produção de alimentos, por meio da construção de cisternas caseiras para armazenagem de água da chuva.

#### 4.10 PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

As Portarias MDS nº 956, de 22 de março de 2018 e a nº 1.217, de 1º de julho de 2019 dispõem sobre o Programa Criança Feliz. O programa atende beneficiários do Programa Bolsa Família ou famílias inscritas no CadÚnico que tenham em sua composição gestantes ou crianças de até 72 meses. O público prioritário do programa é:

Gestantes, crianças de até 36 meses e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; Gestantes e crianças de até 36 meses inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; Famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada com crianças de até seis anos; e, Crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção (ibidem, p. 12).

As atividades do Criança Feliz acontecem mediante visitas domiciliares para acompanhamento e orientações às famílias com o intuito voltado à promoção do desenvolvimento infantil integral das crianças.

#### 4.11 PETI

O PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), regido pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, é um programa de transferência de renda atrelado a ações com famílias e serviços socioeducativos e visa retirar crianças e adolescentes da prática precoce do trabalho, através de ações que acontecem de forma articulada entre estados, municípios e sociedade civil.

O público-alvo do PETI são crianças e adolescentes com renda familiar per capita de até meio salário mínimo ou renda mensal total de até três salários mínimos, menores de 16 anos, salvo aqueles a partir dos 14 anos que se encontram em situação de aprendiz, o que é permitido por lei.

#### 4.12 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

O SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), regido pela Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, é um dos serviços ofertados pela Política Nacional de Assistência Social no âmbito da proteção social básica.

O serviço é operacionalizado pelos CRAS (Centros de Referência da Assistência Social) e atende pessoas em situação de vulnerabilidade social. “Também podem acessar pessoas que vivenciam violações de direitos de todo tipo, sejam elas física, psicológica, abandono, tráfico de pessoas, mendicância, idosos, pessoas com deficiência, entre outros” (ibidem, p. 13).

#### 4.13 PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO

O Programa Nacional de Crédito Fundiário foi regulamentado pelos Decretos nº 6.672, de 2 de dezembro de 2008 e nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, como também pela Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998. É um programa de financiamento para a aquisição de imóvel rural, investimento em infraestrutura e/ou contratação de assistência técnica rural.

Os beneficiários são trabalhadores rurais sem terra e agricultores que tenham 5 anos de experiência na atividade agrícola nos últimos 15 anos. O objetivo maior do programa é incentivar o desenvolvimento autônomo de agricultores sem terra ou com pouca terra.

#### 4.14 PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

O Programa Nacional de Reforma Agrária, sobre o qual versam a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018, a Instrução Normativa nº 98, de 30 de dezembro de 2019 e a Instrução Normativa nº 99, de 30 de dezembro de 2019, tem como objetivo a melhor distribuição da terra mediante os princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e produção. Para participar do programa, os agricultores sem terra devem estar inscritos no Cadastro Único e possuírem renda de até três salários mínimos.

#### 4.15 CRÉDITOS INSTALAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

O programa Créditos Instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária é regido pela Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (inciso V do caput do art. 17), pelo Decreto nº 9.428, de 28 de junho de 2018 e pelo Decreto nº 8.256, de 26 de maio de 2014, revogado pelo Decreto nº 9.066, de 31 de maio de 2017 e revogado posteriormente pelo Decreto nº 9.424, de 26 de junho de 2018.

Trata-se de uma oferta de crédito para famílias assentadas da Reforma Agrária com renda familiar per capita de até meio salário mínimo ou renda total de até três salários mínimos, visando à “promoção da segurança alimentar e nutricional e à geração de trabalho e renda dessas famílias” (ibidem, p. 14).

O crédito pode ser utilizado pelas famílias para a compra de produtos de primeira necessidade, bens duráveis e equipamentos para a produção agrícola.

#### 4.16 AÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

A Portaria MDS nº 527, de 26 de dezembro de 2017, trata da Ação de Distribuição de Alimentos (ADA), que é uma estratégia de distribuição de alimentos para complementar outras ações de acesso à alimentação.

Os critérios de participação seguem o mesmo perfil do público inscrito no CadÚnico (renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda mensal total de até três salários mínimos).

“Podem acessar esse programa famílias acampadas, povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos e outros povos e comunidades tradicionais” (ibidem, p. 15).

#### 4.17 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

O Programa Minha Casa Minha Vida, regulamentado pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, pela Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011, e pelo Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, é um programa de crédito para a aquisição, construção ou reforma de moradia àquelas famílias que não possuem imóvel.

Existem algumas faixas de renda, mas a faixa I é a que abrange o público do CadÚnico. Para participarem do programa, além de estarem inscritas no cadastro, as famílias devem ter renda de até R\$ 1.800,00.

#### 4.18 SISU/LEI DE COTAS

O Sisu (Sistema de Seleção Unificada/Lei de cotas), orientado pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas), pela Portaria Normativa MEC nº 19, de 7 de novembro de 2014, e pela Portaria Normativa MEC nº 18, de 15 de outubro de 2012, destina-se à reserva de vagas a estudantes com renda familiar per capita de até meio salário mínimo e que tenham cursado de forma integral o ensino médio em escolas da rede pública. Para aqueles que estão inscritos no CadÚnico e

desejam ingressar no ensino público superior, a renda familiar per capita é de até meio salário mínimo ou renda familiar total de até três salários mínimos.

#### 4.19 ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS/ENEM

Os inscritos no Cadastro Único podem ainda ter direito à isenção de pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos, conforme o Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, e isenção da taxa de inscrição do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), de acordo com a Portaria MEC nº 807, de 18 de junho de 2010, e com a Lei nº 12.799, de 10 de abril de 2013.

Os critérios para ambos são ser membro de família de baixa renda, com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda mensal total de até três salários mínimos. Os estudantes que não estiverem inscritos no CadÚnico, poderão ainda solicitar a isenção da taxa de inscrição do ENEM caso tenham cursado o ensino médio em escola pública ou em escola particular com bolsa integral.

É importante ressaltar que os programas usuários não se esgotam aqui e estão em constante mudanças e redefinições, como também, os estados e os municípios têm autonomia para a criação de programas e utilização do CadÚnico como critério para a concessão.

## 5 METODOLOGIA

Conforme pontua Minayo (2009, p. 26), a pesquisa é um trabalho artesanal que se difere dos trabalhos artísticos, pois não se baseia meramente na criatividade do pesquisador, mas em “conceitos, proposições, hipóteses, métodos e técnicas”, as quais norteiam todo o processo da pesquisa.

De acordo com Gil (2002, p. 17): “Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. O autor expõe ainda que “A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos e técnicas de investigação científica” (ibidem, p. 17).

O presente estudo compõe uma pesquisa exploratória. A pesquisa exploratória é aquela que proporciona uma visão preliminar do objeto estudado e uma maior aproximação com o problema de pesquisa, na medida em que seus objetivos são:

Aumentar o entendimento do problema; refinar a questão de pesquisa; identificar informações que possam ser reunidas para formular as questões investigativas. Ou seja, para formular e/ou refinar a problemática e a pergunta de partida (BIROCHI, 2015, p. 49).

No tangente à natureza das fontes utilizadas neste trabalho, destacam-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica caracteriza-se por empregar, no processo de levantamento de dados bibliográficos, trabalhos/pesquisas já realizados/as por outras pessoas e que passam a embasar o conhecimento do pesquisador (SEVERINO, 2016). Para tanto, aponta-se como fontes de pesquisa consultadas: livros, artigos publicados em revistas, documentos elaborados pelo governo federal, legislações e pesquisa de dados na internet.

Além da pesquisa bibliográfica, faz parte deste trabalho a pesquisa de campo, que se mostra relevante, pois

[...] o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador (SEVERINO, 2016, p. 131-132).

O tipo de abordagem da pesquisa é uma das importantes ferramentas do processo de estudo acerca de um objeto. A abordagem utilizada na presente pesquisa foi a qualitativa. Com efeito,

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2009, p. 20).

Dessa forma, a pesquisa de campo foi realizada nos postos de atendimento do Cadastro Único do município de Aracati, no período de 10 a 21 de agosto de 2021. O município dispõe de três postos fixos para atendimento aos usuários, um com funcionamento na sede da Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social do município, onde são centralizados os atendimentos aos usuários residentes nos territórios abrangidos pelos CRAS lagoas e litoral, e mais dois postos de atendimento que funcionam diretamente nas sedes dos CRAS na zona urbana (CRAS Fátima e CRAS Lourdes). A escolha se deu por estes serem os locais onde há a presença dos usuários e dos servidores do cadastro único, como também por serem os ambientes que subsidiaram a reflexão e a elaboração da questão norteadora desta pesquisa.

Como instrumento de coleta de dados, optou-se pela entrevista, que é um instrumento de pesquisa que possibilita realizar a análise de temas mais complexos. Para Birochi (2015, p. 105 apud Marconis; Lakatos, 2010),

As entrevistas representam um dos instrumentos mais ricos e utilizados para a coleta de dados empíricos. Trata-se, em geral, de uma conversa entre duas partes: de um lado o (s) pesquisador (es) e de outro o (s) entrevistado (s). O principal objetivo das entrevistas é compreender determinadas situações ou fenômenos vividos pelos entrevistados, assim como obter informações a partir da perspectiva do (s) entrevistado (s).

A fim de termos uma amostragem do município em sua totalidade, contou-se com a participação de 5 usuários de cada CRAS, totalizando a participação de 20 usuários por meio de entrevista estruturada. A coleta de dados se deu mediante demanda espontânea de atendimento.

Nas entrevistas estruturadas são utilizados questionários idealizados com base em um conjunto de perguntas predeterminadas e idênticas para todos os entrevistados. “As entrevistas estruturadas são utilizadas para coletar dados e informações quantificáveis, sendo por esta razão referidas, também, como ‘entrevistas quantitativas’”. (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009, p. 320 apud BIROCHI, 2015, p. 106).

Foi ainda realizada entrevista semiestruturada com os 10 servidores atuantes no período de realização da pesquisa (distribuídos nos três postos de atendimento), dentre eles uma recepcionista e 09 servidores na função de Entrevistador do Cadastro Único, além deles foram entrevistados o Coordenador do Cadastro Único/Gestor do Programa Bolsa Família e o Gerente Executivo, um cargo técnico na distribuição de cargos da Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social do município.

A entrevista semiestruturada está associada à abordagem qualitativa e é aquela em que o pesquisador utiliza tópicos para realizar as perguntas, que podem variar entre os participantes, podendo o entrevistador omitir perguntas quando achar necessário ou mudar a ordem destas (BIROCHI, 2015, p. 106).

Faz-se importante ressaltar que houve anuência por parte dos participantes em contribuir voluntariamente, através da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Após a realização da entrevista, os dados foram ordenados, classificados, analisados e interpretados e os resultados das análises estão dispostos nos próximos itens.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este tópico está dividido em três seções. A primeira delas contém as análises referentes à percepção dos usuários sobre o CadÚnico, a segunda aborda a percepção dos servidores que atuam no atendimento aos usuários e a terceira trata da visão dos servidores em cargos de gestão sobre o cadastro único no município de Aracati.

### 6.1 A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS ACERCA DO CADASTRO ÚNICO

A entrevista com os usuários teve como objetivo conhecer minimamente o perfil destes por meio da prestação de informações pessoais e familiares; identificar se na percepção deles há facilidade de acesso ao setor de Cadastro Único, bem como a informações sobre o cadastro e os programas sociais.

Inicialmente serão pontuadas algumas informações que caracterizam os usuários e suas famílias, tais como a localidade ou bairro onde residem, a idade, o sexo, a raça/etnia, a escolaridade, a inserção no mercado de trabalho, a composição familiar e a renda familiar.

**Quadro 1** – Perfil dos usuários

		Local	Idade	Sexo	Raça/ etnia	Escolaridade	Mercado de trabalho	Família	Renda familiar
C R A S  L a g o a s	1	Baixas Verdes	39	F	Parda	Fundamental incompleto	Não	Monoparental	Menos de 1 salário mínimo
	2	Tabuleiro do Cabreiro	31	F	Parda	Médio completo	Não	Monoparental	Menos de 1 salário mínimo
	3	Tabuleiro do Cabreiro	36	F	Parda	Médio completo	Não	Monoparental	Menos de 1 salário mínimo
	4	Lagoa do	30	F	Parda	Médio completo	Não	Nuclear	1 salário

		Pedro							mínimo
	5	Córrego dos Fernandes	54	M	Parda	Fundamental incompleto	Não	Nuclear	Menos de 1 salário mínimo
C R A S  L i t o r a l	6	São Chico	26	F	Parda	Médio completo	Sim	Família sem filhos	De 2 a 3 salários mínimos
	7	Córrego do Retiro	54	F	Parda	Fundamental completo	Não	Nuclear	Menos de 1 salário mínimo
	8	Cajazeiras	48	F	Parda	Fundamental completo	Não	Família sem filhos	1 salário mínimo
	9	Cohab	32	F	Parda	Fundamental completo	Não	Monoparental	1 salário mínimo
	10	Majorlândia	Não informado	F	Parda	Superior completo	Não	Nuclear	Menos de 1 salário mínimo
C R A S  L o u r d e s	11	Castelo	35	M	Negra	Médio completo	Não	Monoparental	1 salário mínimo
	12	Beira do Rio	22	F	Branca	Médio completo	Não	Unipessoal	Menos de 1 salário mínimo
	13	Volta	53	F	Parda	Fundamental incompleto	Não	Extensa	1 salário mínimo
	14	Vila São José	33	F	Branca	Médio completo	Não	Monoparental	Menos de 1 salário mínimo
	15	Nossa Senhora de Lourdes	68	F	Parda	Fudamental incompleto	Não	Nuclear	1 salário mínimo
C R A S	16	Nossa Senhora de Fátima	54	F	Branca	Fundamental incompleto	Não	Unipessoal	Menos de 1 salário mínimo
	17	Várzea da	42	F	Branca	Médio completo	Não	Monoparental	Menos

Fátima		Matriz							de 1 salário mínimo
	18	Várzea da Matriz	39	F	Parda	Fundamental incompleto	Não	Nuclear	Menos de 1 salário mínimo
	19	Nossa Senhora de Fátima	39	F	Parda	Superior completo	Sim	Nuclear	De 2 a 3 salários mínimos
	20	Várzea da Matriz	36	F	Parda	Superior incompleto	Sim	Nuclear	De 2 a 3 salários mínimos

Fonte: dados da pesquisa.

Como podemos observar por meio do quadro acima, participaram das entrevistas 5 usuários de cada território divididos por CRAS (Lagoas, Litoral, Fátima e Lourdes). Foram entrevistados usuários das seguintes localidades da zona rural: Baixas Verdes, Tabuleiro do Cabreiro, Lagoa do Pedro, Córrego dos Fernandes, São Chico, Majorlândia, Córrego do Retiro, Cajazeiras, Cohab, Volta e Vila São José. Os usuários participantes da zona urbana residem nos bairros Nossa Senhora de Lourdes, Beira do Rio e Várzea da Matriz.

A idade dos participantes está entre 22 e 68 anos. Dos 20, 8 são mulheres, o que pode expressar a recomendação de que o Responsável Familiar pelo Cadastro Único tenha no mínimo 16 anos de idade e seja preferencialmente do sexo feminino (BRASIL, 2015).

No que tange à raça/etnia dos participantes, 4 se consideram brancos, 1 se considera negro e 15 se consideram pardos.

Em relação à escolaridade, 6 cursaram o ensino fundamental incompleto, 3 o fundamental completo, 8 o ensino médio completo, 2 o superior completo e 1 o superior incompleto. Percebe-se, com base nos dados, que apesar dos avanços e da expansão do acesso à educação no Brasil, ainda torna-se um desafio, visto que quase metade dos entrevistados não concluíram a educação básica. Segundo a PNAD (2019), apesar do crescimento em relação a estatísticas de pessoas de 25 anos ou mais com ensino médio completo no país, chegando ao percentual de

48,8% em 2019, ainda mais da metade dos adultos brasileiros, ou seja, entre 51,2 a 69,5 milhões de brasileiros, não concluíram a Educação Básica (IBGE, 2019).

Apenas 3 pessoas se encontram inseridas no mercado formal de trabalho, o que demonstra o retrato da situação conjuntural do país no momento. Dados do IBGE (2021) apontam um total de 14,8 milhões de desempregados no primeiro trimestre de 2021.

Diante de uma visão mais ampla de família e ciente da existência dos variados arranjos familiares atualmente, as famílias participantes da pesquisa foram: 7 famílias monoparentais, 8 nucleares, 2 formadas apenas por casal sem filhos, 2 unipessoais e 1 extensa.

Sobre a renda mensal das famílias participantes, 11 delas possuem renda de menos de 1 salário mínimo, 6 famílias possuem renda de 1 salário mínimo e 3 famílias possuem renda mensal de 2 a 3 salários mínimos.

Diante do exposto, os perfis de renda das famílias identificados por meio da pesquisa corroboram com o perfil determinado pelo Ministério da Cidadania para a inserção das famílias no CadÚnico:

Para o Cadastro Único, as famílias de baixa renda são aquelas com renda familiar mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou três salários mínimos de renda total. A legislação permite também o cadastramento de famílias com renda superior, desde que a inserção no Cadastro Único esteja vinculada à participação em programas sociais implementados pela União, estados, municípios e Distrito Federal (BRASIL, 2015, p. 07).

Na sequência, a entrevista abordou as seguintes perguntas:

**Quadro 2** – Perguntas norteadoras da entrevista com usuários

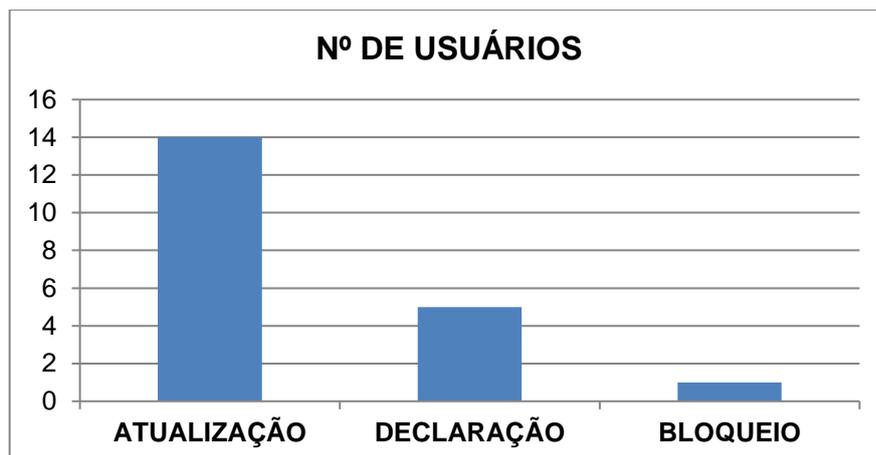
PERGUNTA 1	Por que você procurou o setor de Cadastro Único?
PERGUNTA 2	Você tem dificuldades de ter acesso ao atendimento do Cadastro Único?
PERGUNTA 3	Você conhece algum programa, serviço ou benefício que pode ter acesso através do Cadastro Único?
PERGUNTA 4	Você ou sua família é ou foi beneficiária de algum programa, serviço ou benefício social?
PERGUNTA 5	De que forma você obtém informações sobre o Cadastro Único e programas sociais?
PERGUNTA 6	Você já deixou de ter acesso a algum programa social ou ao

	Cadastro Único por falta de informação?
PERGUNTA 7	Você acredita que o Cadastro Único é importante para o acesso a programas, benefícios ou serviços? Por quê?

Fonte: dados da pesquisa.

Em resposta à pergunta 1 (por que você procurou o setor de Cadastro Único?), a maioria dos usuários, 14 deles, respondeu que procurou o setor no momento da coleta de dados para atualização cadastral, 5 precisavam de comprovante de inscrição no CadÚnico (declaração ou folha resumo) e 1 teve como motivo o bloqueio de benefício (Bolsa Família).

**Gráfico 1 – Motivo do atendimento**



Fonte: dados da pesquisa.

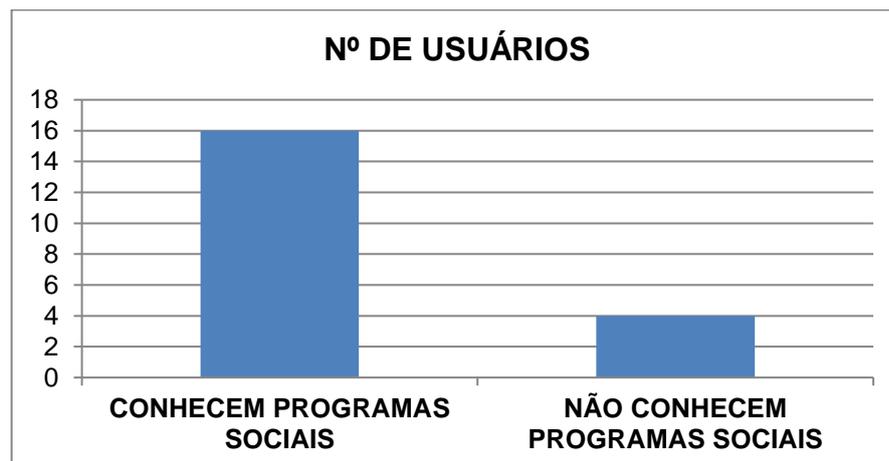
Sobre a acessibilidade das pessoas aos postos de atendimento do Cadastro Único (pergunta 2), apenas 2 participantes declararam ter dificuldades de acesso ao setor, 1 deles, o usuário 8, reside na comunidade de Cajazeiras, umas das localidades mais distantes do centro da cidade e o outro é residente em um dos bairros do município. Os demais afirmaram não ter dificuldades de acesso.

**Gráfico 2** – Acesso aos postos de atendimento do CadÚnico

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação ao conhecimento dos usuários sobre programas, serviços ou benefícios que podem ter acesso através do Cadastro Único, 16 afirmaram conhecer programas sociais ou benefícios e 4 não conhecem.

Dentre os benefícios e programas de conhecimento dos usuários, temos: “isenção na 2ª via de documento”, “BPC”, “energia em baixa renda”, “concursos”, “cursos”, “bolsa família”, “bolsa escola”, “banheiro social”, “auxílio emergencial”, “programa de cisternas”.

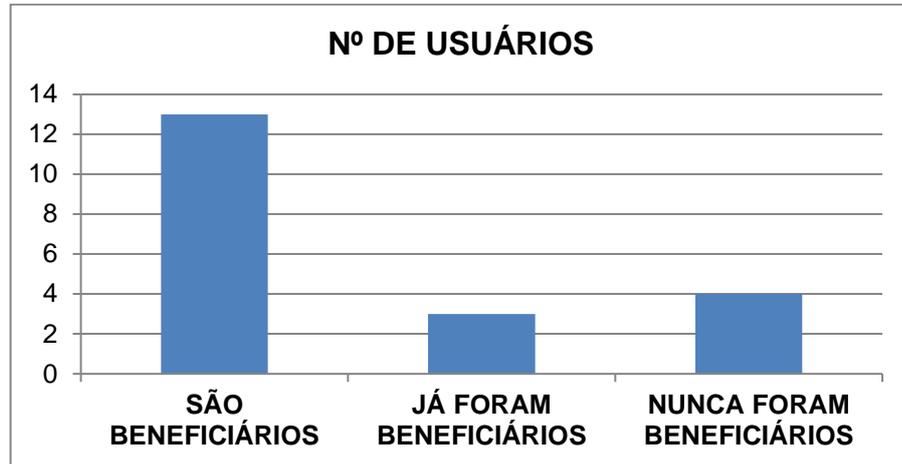
**Gráfico 3** – Conhecimento sobre programas sociais

Fonte: dados da pesquisa.

Sobre a pergunta 4 (Você ou sua família é ou foi beneficiária de algum programa, serviço ou benefício social?), 13 usuários são beneficiários de algum programa social no momento, 3 já foram e 4 nunca foram beneficiários. 9 dos que

são beneficiários no momento recebem a transferência de renda do Programa Bolsa Família, 1 é beneficiário do Auxílio emergencial e 3 recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

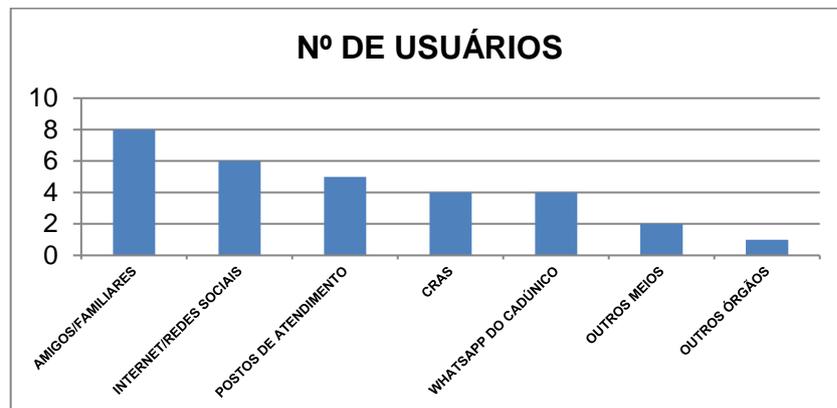
**Gráfico 4 – Beneficiários de programas sociais**



Fonte: dados da pesquisa.

Em resposta à pergunta 5 (havia permissão para assinalar mais de uma opção nessa pergunta), como os usuários obtêm informações sobre o CadÚnico e os programas sociais?, 8 deles afirmaram obter as informações por meio de amigos e familiares, 6 por meio da internet e redes sociais, 5 nos postos de atendimento do CadÚnico, 4 nos CRAS, 4 por meio do whatsapp do Cadastro Único, ferramenta implementada pelo setor em decorrência da pandemia, 2 informaram que conseguem informações por outros meios e 1 em outros órgãos da administração pública.

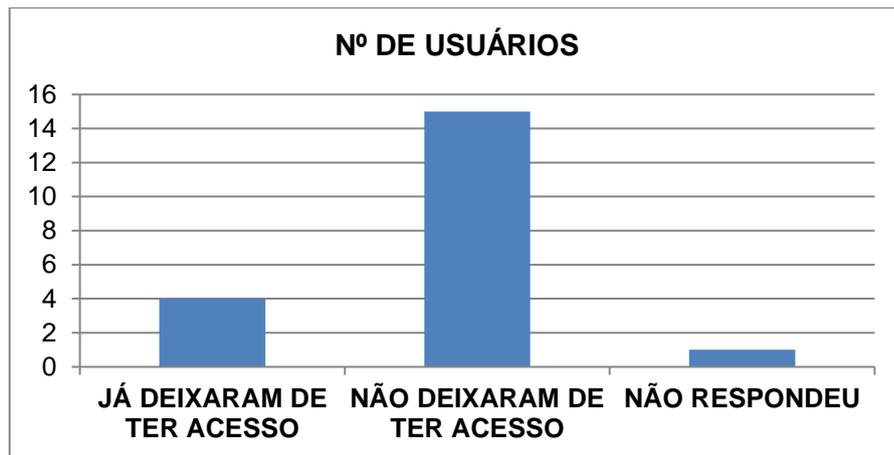
**Gráfico 5 – formas de acesso à informação**



Fonte: dados da pesquisa.

No tangente ao questionamento 6 (Você já deixou de ter acesso a algum programa social ou ao Cadastro Único por falta de informação?), a maioria dos usuários acredita não ter deixado de ter acesso ao CadÚnico e aos programas sociais por ausência de informações. Nesse sentido, 15 usuários responderam não, apenas 4 responderam sim e 1 usuário não soube responder.

**Gráfico 6** – Dificuldade de acesso a programas sociais por falta de informação

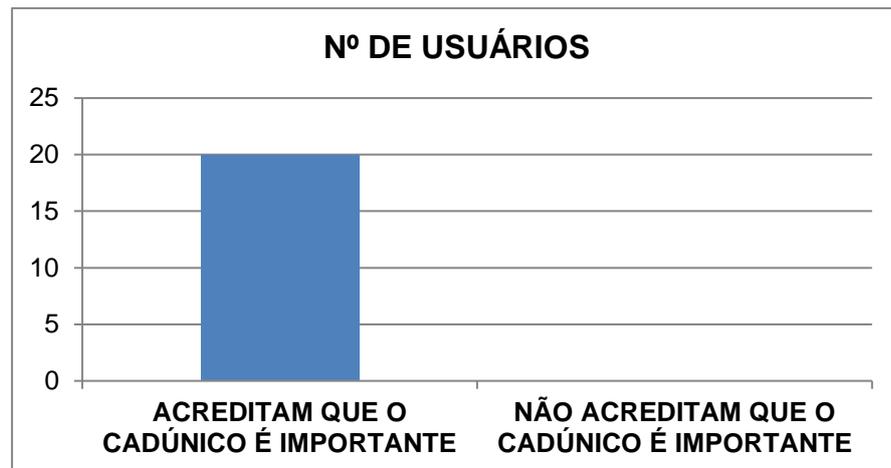


Fonte: dados da pesquisa.

É importante ressaltar que o cadastro único

[...] é mais que uma base de dados da população de baixa renda. Ele é, acima de tudo, um mecanismo que dá visibilidade à população mais vulnerável, em cada território, mapeando suas carências e possibilitando a integração de ações de diferentes áreas, em todos os estados e municípios brasileiros, para a sua inclusão social (ibidem, p. 09).

Quando questionados sobre a importância do Cadastro Único para o acesso a programas sociais, todos os usuários responderam ser importante.

**Gráfico 7 – Importância do Cadastro Único**

Fonte: dados da pesquisa.

Dos 20 usuários, 12 responderam o porquê, com isso podemos perceber que alguns usuários possuem uma visão mais ampliada em relação ao que é o Cadastro Único, como: “porque dá oportunidade as pessoas” (USUÁRIO 1); “é o melhor meio de ter acesso aos programas sociais” (USUÁRIO 2); “se torna mais fácil ter acesso aos benefícios” (USUÁRIO 5); “porque consigo ter acesso aos benefícios” (USUÁRIO 7); “através do cadastro único as famílias de extrema pobreza conseguem realizar algumas coisas do seu dia-a-dia” (USUÁRIO 14); “porque abrange outros benefícios” (USUÁRIO 15); “porque pode ter baixa renda de energia, concurso, curso, vale-gás, tirar um documento” (USUÁRIO 16).

Outras respostas demonstraram entendimento superficial por parte dos usuários, conforme podemos observar: “é bom estar informada e saber que tem direito a muita coisa” (USUÁRIO 8); “é necessário” (USUÁRIO 11); “porque os benefícios tem ajudado muito as famílias que não tem renda” (USUÁRIO 13); “porque tem acesso a baixa renda e outros que não sei” (USUÁRIO 19). Ou até mesmo uma visão equivocada do CadÚnico como mera ferramenta de fiscalização: “porque tem gente que mente muito” (USUÁRIO 17).

Mediante a análise dos dados coletados junto aos usuários, foi possível observar que o perfil destes, como também de suas famílias, é bastante plural. Percebemos que quanto menor a escolaridade dos usuários e mais distante a localidade onde residem, mais dificuldades estes possuem de ter acesso aos serviços e a informações importantes sobre o cadastro único e programas sociais. Apesar disso, na percepção da maioria dos participantes, os serviços são de fácil

acesso. A ausência de uma visão mais ampla sobre o assunto, possivelmente justifique a referida percepção dos usuários.

## 6.2 A PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES ACERCA DO CADASTRO ÚNICO

A entrevista semiestruturada realizada com os servidores do setor de Cadastro Único teve como principal objetivo identificar a percepção de quem atua no atendimento direto aos usuários sobre o CadÚnico como ferramenta de inclusão e planejamento de políticas sociais e se estes contribuem para o bom funcionamento do setor e para a prestação de informações aos usuários.

Diante do exposto, foram entrevistados 10 profissionais, dentre eles uma recepcionista e 9 entrevistadores. A priori, foram realizadas perguntas que possibilitaram traçar um pequeno perfil dos profissionais, tais com escolaridade; área de formação (se cursou ensino superior ou técnico); cargo/função que ocupa; tipo de vínculo trabalhista; tempo de atuação no cargo/função e se passaram por algum treinamento/capacitação sobre o Cadastro Único. As informações coletadas estão dispostas no quadro abaixo:

**Quadro 3 – Perfil dos servidores**

	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>ÁREA DE FORMAÇÃO</b>	<b>VINCULO TRABALHISTA</b>	<b>TEMPO DE ATUAÇÃO</b>	<b>TREINAMENTO</b>
<b>RECEPCIONISTA</b>	Ensino fundamental incompleto	-	Contrato	5 anos	Sim
<b>ENTREVISTADO 1</b>	Superior incompleto	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Estatutário	1 a 8 m	Não
<b>ENTREVISTADO 2</b>	Superior completo	Serviço Social	Contrato	4 anos	Sim
<b>ENTREVISTADO 3</b>	Superior incompleto	Gestão Pública	Contrato	4 anos	Sim
<b>ENTREVISTADO 4</b>	Superior completo	Serviço Social	Estatutário	1 a 8 m	Não
<b>ENTREVISTADO 5</b>	Ensino Médio completo	-	Contrato	4 anos	Sim
<b>ENTREVISTADO</b>	Ensino superior	Serviço Social	Contrato	6 anos	Sim

6	incompleto				
<b>ENTREVISTADO</b> 7	Ensino médio completo	-	Estatutário	1 a 8 m	Não
<b>ENTREVISTADO</b> 8	Ensino superior completo	Teologia	Contrato	9 anos	Sim
<b>ENTREVISTADO</b> 9	Ensino médio completo	-	Contrato	10 anos	Sim

Fonte: dados da pesquisa.

As perguntas norteadoras da entrevista foram:

**Quadro 4** – Perguntas norteadoras da entrevista com servidores

PERGUNTA 1	Você sabe como acontecia a inserção dos usuários na assistência social antes da existência do Cadastro Único?
PERGUNTA 2	Na sua opinião, a sistematização dos dados das famílias de baixa renda através do Cadastro Único trouxe ganhos à população e/ou à gestão municipal?
PERGUNTA 3	No seu cotidiano profissional, você consegue passar informações importantes sobre o Cadastro Único e os programas sociais aos usuários que atende?
PERGUNTA 4	Como você avalia o acesso das pessoas aos postos de atendimento do CadÚnico? Os usuários têm facilidade de acesso?
PERGUNTA 5	Qual sugestão de melhoria você faria para a gestão do Cadastro Único?

Fonte: dados da pesquisa.

Antes da criação do cadastro único, havia grande dificuldade do Governo Federal em selecionar as famílias que se enquadravam nos critérios para os diversos programas sociais que passaram a ser implantados no Brasil em meados de 2001.

Entre 2001 e 2002, o Governo Federal executava diferentes ações de transferência de renda direcionadas a famílias com perfis de renda similares, como os Programas Bolsa Escola, o Auxílio-Gás, o Bolsa Alimentação e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Esses programas utilizavam diferentes cadastros para identificar e selecionar o público-alvo, o que dificultava a coordenação das ações, fragmentava o

atendimento e reduzia sua eficiência. A falta de integração das informações possibilitava o acúmulo de benefícios sem que houvesse a garantia da universalização do acesso para todos os que precisassem: uma mesma família podia ser beneficiária de dois ou três programas, ao passo que outras, em situação e localidades semelhantes, não contavam com nenhum apoio (BRASIL, 2015, p. 10).

A respeito da inserção dos usuários na política de assistência social antes da existência do cadastro único, apenas o entrevistado 9, o que possui mais tempo de atuação no cargo, soube detalhar como acontecia a seleção das famílias beneficiárias dos programas:

*Através de alguns projetos que vinha pra assistência e aí algumas famílias seriam selecionadas através de assistentes sociais e aí depois foi implementado o cadastro único... antes do cadastro único existia um cadastro, certo, que era do livro azul, esse cadastro, ele... a gente digitava nele quando chegava, em quinze em quinze dias ou era no final do mês fazia um levantamento, tinha uma pessoa que extraía esses dados e mandava para o MDS, o MDS mandava de volta o retorno, onde vinha contemplando as famílias que tinha direito a receber bolsa família ou não, que tava no PETI ou não e assim sucessivamente foi evoluindo até a criação do cadastro único (ENTREVISTADO 9).*

O cadastro único, sem dúvidas, significou um grande avanço para a política de assistência social no Brasil, para os usuários e especificamente para as gestões municipais no sentido de possibilitar identificar a população alvo de determinada ação municipal, como corrobora Compagnolo: “O Cadastramento Único, através de seu banco de dados, proporciona ao governo municipal um mapeamento dos ‘territórios’ de vulnerabilidade existentes no município” (COMPAGNOLO, 2006, p. 17).

Sobre os ganhos decorrentes da criação do CadÚnico à população e à gestão municipal, de forma geral, os servidores acreditam que houve avanços para ambos os lados, como podemos perceber nas falas a seguir:

*Acredito que sim, muitas famílias saíram da miséria, né, aí por conta disso a seleção das famílias ficou mais ampla, tipo, não era o foco só famílias vulneráveis, de extrema pobreza, mas também outros perfis, aí se enquadrava nos programas que os municípios ofertavam, o estado. Tipo assim, facilitou o público-alvo de determinada região... Identificar nas escolas famílias que tinham pouca frequência, a moradia de tal localidade também, fica mais fácil identificar o público de certos programas (ENTREVISTADO 2).*

*Quando a gestão precisava fazer levantamento de algumas famílias voltado... família extremamente pobre de um determinado bairro, de determinada*

*localidade da zona rural, eles teriam uma ferramenta, como puxar essas famílias (ENTREVISTADO 9).*

Apesar da compreensão dos profissionais de que houve ganhos com a criação do Cadastro Único, alguns aproveitaram para realizar críticas, a exemplo do entrevistado 3:

*Sim, sem dúvidas. Eu acho que tá faltando uma efetivação maior por parte da administração...O que acontece, o que eu acho que não é muito mais abarcado na sociedade, no município, assim especificamente, é que a própria administração não consegue efetivar esses dados, utilizar esses dados de maneira efetiva (ENTREVISTADO 3).*

O entrevistado 4 também tem uma visão mais ampliada em relação à operacionalização e à criação do CadÚnico, segundo ele:

*Á população sim, porque hoje todo mundo tem acesso ao cadastro, a única coisa que impede a pessoa de não ter acesso ao cadastro, para além da renda que é de três salários mínimos, é a ausência de documentos e sempre até hoje, hoje é um número menor, mas até hoje ainda acontece a gente encontrar famílias que não têm acesso a benefícios por falta de documentação. Já com relação à gestão municipal, eu já não sei mensurar se isso é ganho, talvez hoje esteja mais próximo da gestão o número de pessoas, o quantitativo, mas as pessoas em si, reconhecer as pessoas, eu acho que hoje é mais distante, que antes você conhecia esse usuário quando batia a sua porta, com outra perspectiva, uma perspectiva assistencialista ... O cadastro deixou tudo mais eficiente, se fosse levado a sério, era um banco de dados para ser usado em todos os programas, onde é que ele é falho? na verificação da autodeclaração, que na verdade a falha não é nem da gestão, é da gestão quando a gestão não consegue ir visitar a família, mas no ato da autodeclaração a responsabilidade é do cidadão, que as vezes omite alguma informação (ENTREVISTADO 4).*

Quando questionados sobre passar informações importantes sobre o Cadastro Único e os programas sociais aos usuários que atendem, 3 entrevistados apontaram a dificuldade de comunicação com as pessoas em maior situação de vulnerabilidade social e com menos escolaridade: “*Sim, mas tem uns que se recusam a escutar, porque diz que não funciona (ENTREVISTADO 8); “Sim, para algumas famílias sim, algumas famílias que não são tão leigas, né, elas conseguem perguntar e através de algumas informações a gente consegue passar” (ENTREVISTADO 9).*

*Grande parte acredito que sim. Tem algumas pessoas que são difíceis de ouvir, mas acredito que o grande essencial é orientar. O cadastro único não é vinculado só ao bolsa família, que a maioria chega aqui né, ah, não tenho*

*benefício, por isso não queriam mais renovar, mas aí eu sempre passo, mas você tem outros direitos, isenção no concurso, o baixa renda e outros benefícios que normalmente você precisa ter esse cadastro, até pra poder acessar (ENTREVISTADO 1).*

Na visão de Freire (2016),

As dificuldades referentes ao CadÚnico ocorrem, pois a falta de acesso às informações acabam resultando em cadastros desatualizados e direitos não socializados. O cadastro muitas vezes não é conhecido como facilitador e sim como um dificultador para as pessoas que falam que ele não serve para nada. Afinal, o Cadastro Único veio na implantação para revelar as condições sociais da população e possíveis melhorias na implantação das diversas políticas tendo como intuito incluir as pessoas ao invés de excluí-las e para que isso, aconteça os usuários precisam ser informados e orientados (FREIRE, 2016, p. 40).

Através da fala do entrevistado 2, é possível extrair a importância do momento da atualização cadastral e das visitas para realizar orientações, porque nesse momento há um contato maior entre o profissional e o usuário:

*Sim. No ato da visita, primeiro que a gente coleta, né, as informações das pessoas, aí no final da entrevista a gente vê se a pessoa ficou no perfil pro bolsa família, pro baixa renda, se vai receber o BPC, muitas vezes a gente fala que é o sistema né que vai, vai selecionar de acordo com o valor, que a gente também não dá o valor exato, quanto a família vai receber, mas dependendo do perfil da família a gente fala que tem outros benefícios, até porque tem gente que larga né o cadastro único, não atualiza mais (ENTREVISTADO 2).*

O entrevistado 3 afirma que se restringe a passar informações apenas quando há curiosidade por parte dos usuários:

*Sim, algumas vezes passa despercebido por minha parte como servidor, mas algumas pessoas têm essa curiosidade, de querer saber mais, tem família que chega aqui e pergunta quando é que eu vou atualizar de novo, mas não se interessa em saber algo a mais, o que precisa, e às vezes, eu como servidor, passa despercebido isso... falta muito da minha parte (ENTREVISTADO 3).*

O relato acima é preocupante, na medida em que o atendimento dos usuários tende a ser mecanizado, tendo em vista a alta demanda de atendimentos diariamente e o quadro de servidores ser insuficiente. A esse respeito,

A socialização de informações tem em vista romper com a rotina burocrática e imediatista dos atendimentos, ampliando assim, a participação dos usuários nos programas sociais, identificando e levantando questões que perpassam seu cotidiano (FREIRE, 2016, p. 41).

Já o entrevistado 5 dá ênfase à necessidade de o profissional que realiza as entrevistas com os usuários ter uma visão ampla da rede socioassistencial para possíveis orientações e encaminhamentos que alguns usuários demandam: “Passamos até demais, até em relação ao INSS a gente tem que saber alguma coisa e agora tem que saber muito” (ENTREVISTADO 5).

Em relação ao acesso das pessoas aos postos de atendimento do CadÚnico, a maioria dos servidores acredita que os usuários têm dificuldade de acesso: “Aqui no Aracati especificamente acredito que seja muito difícil, é... vejo muito essa carência, principalmente gente de Cacimba Funda, gente de muito longe mesmo” (ENTREVISTADO 1); *Eu acho que é difícil para algumas pessoas, porque tem gente que mora muito longe (RECEPCIONISTA)*; “A gente associa assim, quanto mais longe, mais difícil também a divulgação das informações, (ENTREVISTADO 2).

O entrevistado 3 acredita que as pessoas têm dificuldade de acesso, ao mesmo tempo em que acredita ser inviável a descentralização do setor para os territórios mais distantes: “Negativo, tem muita dificuldade. Infelizmente, na minha opinião existe uma inviabilidade por parte do município quando se tem essa ideia de descentralização” (ENTREVISTADO 3).

A fala abaixo do entrevistado 4 mostra a importância de o cadastro único funcionar dentro dos territórios, isto é, nos CRAS, o que facilitaria tanto o acesso físico das pessoas quando o acesso a informações e a outros serviços da assistência social:

*Tudo passa pela informação né, onde a pessoa já está no território que está estabelecido o CRAS, que tem sede fixa, própria, é mais fácil... a secretaria, onde o cadastro único da zona rural não tá descentralizado, tá congregado tudo aqui, muita gente ainda chega hoje achando que é em outro lugar, isso se dá pela falta de informação e se dá pelo fato da sede não ser própria, a gente muda de quando em vez e também não tem identificação, não tem placa que diga que é o setor cadastro único, que é a secretaria, que isso ficaria visível e também não tem nada disso nos meios, nos canais de comunicação, vez por outra divulgam um número de telefone... o CRAS é a porta de entrada para a assistência, por isso não está errado o cadastro único estar no CRAS, o usuário consegue ter acesso a mais informações além do cadastro, na secretaria dificulta por isso (ENTREVISTADO 4).*

Os entrevistados ressaltaram ainda que a dificuldade de acesso é maior para as pessoas residentes na zona rural do município: “As que moram no interior, não, porque se os CRAS do interior tivessem abertos seria mais fácil... não é muito

*acessível não, pra essas pessoas né, quem tá na cidade é diferente” (ENTREVISTADO 5); “No município de Aracati em si, sim, porque tem a descentralização e fica bem mais fácil das pessoas conseguir chegar ao seu ponto de atendimento, mas em outras áreas é bem mais difícil” (ENTREVISTADO 6); O acesso é muito difícil, em relação também a dinheiro, a transporte, nem sempre eles podem vir ... há muito tempo que eles querem descentralizar, mas não dá certo não, isso é antigo (ENTREVISTADO 8).*

Apenas dois entrevistados veem que os usuários têm facilidade de acesso aos serviços do cadastro único: *“Sim, alguns sim, outros que não tem facilidade o município tende a enviar servidores dessa função até a residência, então de certa maneira acaba abrangendo todos né” (ENTREVISTADO 7); “Sim, tem facilidade” (ENTREVISTADO 9).*

A última pergunta se referiu a sugestões que os profissionais teriam para a melhoria do setor de cadastro único no município. Dentre as sugestões, o entrevistado 4 levantou as seguintes ideias:

*Maior divulgação dos serviços do cadastro, que ainda tem gente que hoje chega 20 anos depois quase atrás de bolsa escola, não tem mais bolsa escola faz muito tempo, muita gente chega atrás do bolsa família, pouca gente chega procurando o setor cadastro único e tudo que ele pode oferecer, eles focam mais na transferência de renda. E como estratégia de aproximar da população, acho a estratégia de mutirões válida ou de uma unidade móvel que uma vez por mês tivesse um calendário de 20 dias né, durante os 20 dias úteis, todo dia ou dois, três dias em determinada localidade, e aí você conseguiria talvez atingir mais gente, porque por falta de informação, tem muita gente que teria acesso ao cadastro único pela renda de até três salários mínimos e não tem e tem gente que quer ter direito e pelos critérios não entraria, então eu acho que poderia ter mais divulgação nesse sentido, talvez se fosse à comunidade as pessoas compreendessem mais. [As ações divulgação devem acontecer] no CRAS, no próprio CRAS pra não ser visto como algo em separado, com o pessoal das escolas, com o pessoal da saúde, porque ainda há muito equívoco de compreensão dos setores, mais focado em um programa específico né, o programa bolsa família e as informações são desconstruídas, mas nada como a educação, e com os profissionais pra depois ser com os usuários, e com os usuários diretamente esse atendimento nas localidades, porque fica mais fácil visitar, porque você já está naquele determinado distrito, você tem uma equipe atendendo no local, ainda que não permanente, mas num rodízio, porque a equipe visitando, você consegue enxergar mais a realidade... pra mim a visita é importante, um dos principais instrumentos de trabalho nosso é a visita porque aí a gente enxerga aquela Maria, aquele João, que é um nome, eu sei, eu visualizo quem é... eu acho que hoje a gente precisa de mais espaço pra poder ampliar a equipe e precisa de*

*capacitação para os novos e capacitação pra quem já está, a gente sempre precisa de capacitação.*

A ideia da unidade móvel e dos mutirões para atendimento às famílias com maior dificuldade de acesso são formas de atendimento identificadas pelo Ministério da Cidadania como importantes para facilitar o acesso da população aos serviços do CadÚnico.

Os postos de cadastramento itinerantes e os mutirões são um modo eficaz de cadastrar famílias que não residem no perímetro urbano do município. Por isso, podem ser montados quando a gestão municipal articular ações de cadastramento que envolvam o deslocamento da equipe para as áreas a serem atendidas, promovendo, dessa maneira, a inclusão das famílias que não conseguiriam ir até a sede do município para se cadastrar (BRASIL, 2015, p. 30).

A visita domiciliar, pautada também na fala da profissional, é a maneira mais indicada pelo Ministério da Cidadania para a realização do cadastramento das famílias, pelo fato facilitar o acesso das pessoas, como também por ser uma ferramenta que possibilita ao entrevistado estar mais próximo da realidade do usuário.

A visita domiciliar possibilita obter registros mais próximos da realidade quanto à renda declarada, às condições habitacionais e ao acesso aos serviços públicos. Isso contribui não apenas para dificultar possíveis declarações de informação incorreta, mas, principalmente, para garantir que as famílias mais vulneráveis, que têm mais dificuldade de acesso à informação e aos postos de cadastramento, sejam incluídas no Cadastro Único (BRASIL, 2015, p. 28).

O entrevistado 3 falou da necessidade de melhoria do espaço físico e da necessidade de maior valorização do setor de cadastro único no município:

*Primeiro ponto seria estrutura física, a gente trabalha num canto onde não tem espaço, pra ser bem honesto. Segundo, acredito que um olhar por parte da administração com muito mais sensibilidade pro usuário em si, porque se a administração, ela vislumbrar uma valorização do setor, quem vai ganhar com isso é o usuário, então, por exemplo, a gente não tá no momento fazendo visita por questões de estrutura, segundo, é... espaço, estruturalmente falando, a gente não tem, então tamos passando por uma situação difícil de pandemia, restringe mais ainda porque não tem estrutura e aí acaba gerando essa situação de usuário vir, não ser atendido, muitas vezes porque não tem horário disponível pra ele, não tem espaço, acredito que a administração precisa agir nessa parte (ENTREVISTADO 3).*

Diante da reivindicação do servidor, ressaltamos que o Ministério da Cidadania orienta que o espaço físico para atendimento aos usuários de forma satisfatória deve conter infraestrutura mínima formada por:

Locais onde funcionem, de forma contínua, postos de atendimento para as famílias que desejam se cadastrar ou atualizar seus dados. Estes locais devem possuir condições mínimas para o recebimento dessas famílias, tais como: sanitário, acessibilidade para pessoas com deficiência, atendimentos preferencial a idosos e a gestantes, água potável, entre outras; Local para o trabalho dos digitadores, equipado com computadores com acesso à internet e impressoras; E local para arquivamento dos formulários (BRASIL, 2015, p. 57).

Foram ainda apontadas como sugestões pelos servidores: elaboração de material educativo para divulgação do cadastro único e dos programas sociais; descentralização do cadastro único para localidades mais distantes, onde existem centros de convivência da assistência social; realização de busca ativa nas localidades para incluir famílias que ainda não tiveram acesso ao cadastro único; descentralizar serviços como emissão de declarações e verificação de situação de benefício para os CRAS onde existe atendimento do CadÚnico.

Diante da discussão realizada, foi possível identificar que os servidores em sua maioria possuem uma visão ampla acerca do cadastro único e de sua importância para os usuários e para a política de assistência social, na medida em que conseguem reconhecer as falhas da gestão municipal e em alguns casos a necessidade de melhoria das suas próprias atuações, seja por meio da necessidade de passarem por capacitações, seja por meio de mudança de postura no atendimento aos usuários.

### 6.3 A PERCEPÇÃO DO COORDENADOR E DA GERÊNCIA EXECUTIVA ACERCA DO CADASTRO ÚNICO

Foram entrevistados os servidores que estão nos cargos de coordenador do Cadastro Único/Gestor do Programa Bolsa Família e de Gerência Executiva da Secretaria Municipal de Cidadania e Desenvolvimento Social.

As entrevistas com esses profissionais tiveram como objetivos: identificar a percepção de profissionais que estão nos cargos de gestão sobre o CadÚnico como ferramenta de inclusão e planejamento de políticas sociais; se o município tem realizado ações para proporcionar a facilidade de acesso dos usuários tanto aos serviços do CadÚnico, quanto a informações a respeito deste e dos programas sociais; se a gestão tem utilizado os dados do Cadastro Único para a formulação de políticas sociais municipais.

Inicialmente, os dados coletados foram relativos à área de formação (se cursou ensino superior ou técnico); o tipo de vínculo trabalhista; o tempo de atuação no cargo/função.

Em seguida, realizamos as seguintes perguntas:

**Quadro 5** – Perguntas norteadoras da entrevista com Coordenador do CadÚnico e Gerente Executivo da Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social

PERGUNTA 1	Você sabe como acontecia a inserção dos usuários na assistência social antes da existência do Cadastro Único?
PERGUNTA 2	Na sua opinião, a sistematização dos dados das famílias de baixa renda através do Cadastro Único trouxe ganhos à população e/ou à gestão municipal? Quais?
PERGUNTA 3	O município utiliza os dados do Cadastro Único para o planejamento das ações municipais no âmbito da assistência social? Você poderia mencionar de que forma?
PERGUNTA 4	Existe algum tipo de ação que vise a divulgação de informações sobre o Cadastro Único e benefícios que ele proporciona no município? Como elas ocorrem?
PERGUNTA 5	Existem ações que visem facilitar o acesso dos usuários aos serviços do Cadastro Único no município? Como acontecem?
PERGUNTA 6	O que você acredita que pode ser melhorado na gestão/setor de Cadastro Único no município?

Fonte: dados da pesquisa.

Acrescentamos ainda uma pergunta feita somente ao gerente: existe alguma ação sendo planejada que inclua a melhoria dos serviços do Cadastro Único no município?

O coordenador do CadÚnico/gestor do PBF está cursando ensino superior em Ciências da Computação, está há 7 anos no setor de cadastro único no município e já desempenhou outras funções no setor. Antes de ser coordenador, atuou como entrevistador, digitador e operador master do sistema de cadastro único. Já o Gerente Executivo é assistente social e atua há 21 anos na política de assistência social, mas no cargo de gerente no município atua há 7 meses. Ambos assumem cargos comissionados no momento.

Sobre a inserção dos usuários na assistência social antes da existência do Cadastro Único, o coordenador afirmou não saber, mas relatou como acontecia a coleta de dados no município:

*Não tenho essa informação. De 2004 pra cá já tem esse banco de dados, a diferença é que antes ele era offline, ele não era online como é hoje, [hoje] a gente atualiza e com 3 dias tá no sistema, [antes] semanalmente o município enviava um arquivo com as informações das famílias para o governo federal e aí esperava mais quase uma semana pra cair no sistema (COORDENADOR).*

O Gerente relatou de que forma os usuários tinham acesso aos serviços da assistência social antes da existência do SUAS:

*O Usuário antes do SUAS procurava a secretaria designada pela política de Assistência Social em busca de receber benefícios eventuais. Os profissionais de saúde das UBS também encaminhavam demandas como melhoria habitacional, medicamentos, órteses e próteses, alimentação, acesso a renda pelo BPC e emissão de documentação (GERENTE).*

O profissional mencionou ainda como as pessoas conseguiam ter acesso aos programas sociais antes da existência do cadastro único: *“A principal forma era por indicação de políticos. Em rara situação, o assistente social conseguia garantir acesso de usuários quando esses eram identificados devido as suas vulnerabilidades” (GERENTE).*

A fala acima retrata o histórico de assistencialismo presente na assistência social no Brasil. Nesse sentido, afirma Compagnolo (2006):

*No decorrer da história, a assistência social, foi tratada como uma forma de ajuda aos desvalidos e necessitados, sendo concebida como uma benesse e não como um direito. Assim, através de um modelo paternalista, as intervenções eram fundamentadas na solidariedade, na caridade e na troca de favor político. Dessa maneira, tradicionalmente a assistência social era vista como assistencialista (COMPAGNOLO, 2006, p. 13).*

Quando questionados sobre os possíveis avanços com a criação do CadÚnico, ambos afirmaram haver ganhos tanto para a população quanto para as gestões municipais:

*Trouxe muitos, porque a questão de você ter esses dados em mãos, você poder ter a ciência de quem é o público, porque a assistência trabalha com o público carente, com quem precisa, então a gente tem um banco de dados que pode dizer quem é o público que tá na pobreza, na extrema pobreza, se a família tem acesso a água, acesso a energia, é um filtro importantíssimo, que a gente consegue a partir daí, a nível estadual, municipal, federal, criar programas pra beneficiar essas famílias (COORDENADOR).*

*Sim. A ruptura do assistencialismo foi o principal ganho. Com o cadastro único, o usuário passa a ser identificado e suas vulnerabilidades também. O território onde moram passa a ser reconhecido em suas potencialidades, vulnerabilidades e riscos. E a Assistência Social, como política pública, ganha uma importante ferramenta de trabalho e de planejamento das suas ações (GERENTE).*

Sobre a utilização dos dados do Cadastro Único para o planejamento das ações da assistência social no município, o Gerente relatou que a utilização dos dados possibilita a *“organização de serviços sócioassistenciais e execução dos programas, como o Criança Feliz e outros programas implementados a nível local de enfrentamento à pobreza” (GERENTE).*

O coordenador também afirmou que o município faz uso desses dados de forma frequente:

*Costuma utilizar sim, corriqueiramente, na verdade a gente recebe solicitação de pesquisa do banco de dados do cadastro único quase que mensal, sendo do CRAS, da secretaria ou de outros equipamentos pra poder planejar os atendimentos... por exemplo, o Criança Feliz, eles precisam saber quais são as famílias que tem criança numa determinada faixa etária pra poder chegar até essas famílias, então elas pedem pra gente uma relação de quantos e onde essas famílias estão pra poder fazer a inclusão delas no programa, além desse tem um programa por exemplo municipal que é o das cestas, o Aracati Não à Miséria, que também faz uso das informações do cadastro único pra saber a questão da renda per capita e pra saber questões de endereço, o mais importante, pra saber onde fazer a entrega das cestas (COORDENADOR).*

Sobre ações que visem a divulgação de informações sobre o Cadastro Único e benefícios que ele proporciona no município, o gerente mencionou que *“as divulgações são esporádicas e quase sempre sobre o funcionamento do cadastro único... quanto aos benefícios, o Governo Federal e o Governo Estadual são os órgãos que mais realizam esse tipo de ação”.*

Já o coordenador se deteve a mencionar ações realizadas pelo setor em decorrência da pandemia: *“atendimento remoto via whatsapp, dúvidas, agendamentos, emissão de declarações” (COORDENADOR).*

*As respostas dos profissionais levam a constatação de que o município não vem realizando ações com o objetivo de levar informação à população, conforme é recomendado pelo Ministério da Cidadania quando trata de uma das atribuições dos municípios: “A divulgação do Cadastro Único e de programas sociais às famílias de baixa renda” (BRASIL, 2015, p. 17).*

Sobre a pergunta 5 (Existem ações que visem facilitar o acesso dos usuários aos serviços do Cadastro Único no município? Como acontecem?), de acordo com o coordenador, as ações realizadas são mutirões de atualização cadastral e de busca ativa.

Ambos também foram questionados sobre sugestões de melhoria para o setor de cadastro único no município. Assim, o coordenador sugeriu:

*Fazer uso mais qualificado dessas informações, poderia sim fazer uso dessa ferramenta, desse banco de dados, porque ele já tá qualificado, ele já tá atualizado, então o município pode utilizar de maneira mais eficaz as informações do cadastro único, não só na assistência social... e eu acho que poderia difundir melhor as informações sobre a importância do cadastro único, porque infelizmente os usuários, eles visam a questão do recurso, do repasse financeiro, então a maioria que está no programa, isso já vem de muito tempo, é um paradigma que precisa ser resolvido, mas o pessoal procura o cadastro sem nem saber que ele existe, ou as vezes sabe, mas superficialmente, porque quer receber um benefício financeiro e aí eu acho que a gente tem que focar em informações, em eventos, em campanhas pra divulgar de fato o que é o cadastro único, quais benefícios a família consegue através desse banco de dados (COORDENADOR).*

Como sugestões, o gerente mencionou: *“implementar o atendimento em domicílio e usar as redes sociais e a instância de controle do PBF para divulgar os atendimentos realizados e dados do cadastro único e dos beneficiários do PBF, acredito que fortaleceriam mais as ações do cadastro único” (GERENTE).*

A partir da fala acima, ressaltamos a importância do atendimento nos domicílios, o que no momento não vem acontecendo no município.

A estratégia mais indicada para realizar o cadastramento das famílias em situação de pobreza é a visita domiciliar, em que o entrevistador coleta as informações para o preenchimento do formulário na residência da família, o que aumenta a qualidade das informações prestadas e reduz a margem de erros, já que o entrevistador é capaz de identificar a realidade em que vive a família. Além disso, essa alternativa apresenta maiores chances de atingir as famílias mais pobres, que possuem menos informações sobre seus direitos e sobre o cadastramento. Para realizar a visita domiciliar, é recomendável que o gestor municipal divida o território em regiões e designe uma equipe para percorrer os domicílios (COMPAGNOLO, 2006, p. 47-48).

Foi ainda realizada a seguinte pergunta ao gerente: existe alguma ação sendo planejada que inclua a melhoria dos serviços do Cadastro Único no município? Como resposta, este informou que a gestão visa no momento *“ampliar a equipe atual e implantar novamente os atendimentos em domicílio” (GERENTE).*

Mais uma vez, partimos da ideia de que os atendimentos domiciliares são extremamente importantes, conforme podemos identificar por meio das recomendações do Ministério da Cidadania:

É importante o município mapear os bairros mais pobres para visitas domiciliares, assim como conhecer a realidade de locais mais afastados, como, por exemplo, comunidades quilombolas, aldeias indígenas, acampamentos de ciganos, bem como casas nas áreas rurais (BRASIL, 2015, p. 28).

Dessa maneira, podemos dizer que os servidores em cargos de gestão percebem a importância e os ganhos que o CadÚnico trouxe à comunidade e ao município como uma importante ferramenta de inclusão e planejamento das ações. Identificamos que o município, por meio da Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social, utiliza os dados do cadastro para o planejamento e a identificação do público-alvo de programas e serviços de responsabilidade das três esferas de governo. No entanto, a gestão não tem realizado no momento ações efetivas que visem expandir o acesso aos serviços e à informação aos usuários, especialmente para os que vivem em territórios mais distantes da área urbana do município.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada foi possível observar que o Cadastro Único é uma ferramenta importantíssima para a viabilização dos direitos da população e para o planejamento e execução das ações no âmbito da assistência social de acordo com a percepção dos usuários, servidores e gestão.

Identificou-se que nem todos os usuários têm facilidade de acesso aos serviços do CadÚnico, haja vista que não há descentralização do atendimento para os CRAS existentes nas zonas rurais, ficando todo o atendimento centralizado na zona urbana. A ausência de realização de visitas domiciliares no momento também impacta no acesso de uma parcela dos usuários. Além disso, alguns serviços, como emissão de declarações e verificação de benefícios são centralizados em um único posto de atendimento, localizado junto a Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social (SCDS), o que dificulta o acesso das pessoas e sobrecarrega alguns servidores.

Sobre o acesso à informação, constatou-se a necessidade de ações que visem expandir informações sobre o cadastro e sobre os programas sociais a que os usuários podem ter direito, como também de potencializar, por parte dos servidores no ato dos atendimentos, as orientações junto à população sobre direitos e serviços do CadÚnico. Nesse aspecto, torna-se importante ressaltar que o trabalho do entrevistador não deve cair no mecanicismo, que tende a acontecer pelo excesso de trabalho, pois as demandas dos usuários são diversas e não se limitam somente ao cadastro único na maioria das vezes.

Foi possível exprimir de que maneira o município de Aracati utiliza os dados do CadÚnico no planejamento das ações da assistência social. Isto acontece por meio da solicitação de dados junto ao coordenador do setor para o planejamento das ações de determinados equipamentos, como os CRAS, para a organização dos serviços socioassistenciais, ou de programas federais, como o Criança Feliz, ou municipais, a exemplo do Programa Aracati Não à Miséria, um programa de concessão de cestas básicas a famílias em situação de vulnerabilidade social.

A partir da percepção dos servidores e da gestão, levantaram-se sugestões tais como: implementação do atendimento em domicílio; utilização das redes sociais e da instância de controle do PBF para divulgar os atendimentos realizados e dados do cadastro único e dos beneficiários do PBF; maior utilização

dos dados do CadÚnico, não só no âmbito da assistência social, mas por outros setores do município; campanhas com o objetivo de divulgar o CadÚnico e os benefícios que a população pode ter; realização de mutirões; criação de uma unidade móvel do cadastro único; capacitação continuada dos profissionais; ampliação do espaço físico dos postos de atendimento; elaboração de material educativo para divulgação do cadastro único e dos programas sociais; descentralização do cadastro único para localidades mais distantes, onde existem centros de convivência da assistência social; realização de busca ativa nas localidades para incluir famílias que ainda não tiveram acesso ao cadastro único; descentralizar serviços como emissão de declarações e verificação de situação de benefício para os CRAS onde existe atendimento do CadÚnico.

Dessa forma, acredita-se que o município possa fazer melhor uso das informações do CadÚnico, por exemplo, na realização de diagnósticos territoriais e não somente recorrer ao banco de dados para ações pontuais de alguns programas. Percebeu-se que o setor de cadastro único passa no momento por dificuldades, que se arraigaram com a pandemia pela covid-19, demandando da gestão melhorias no tangente ao quadro de servidores, à infraestrutura, à aquisição de transportes para visitas domiciliares e a ações que visem expandir as informações e os serviços aos usuários.

Além das sugestões apontadas pelos participantes da pesquisa, acredita-se que ações educativas realizadas na sala de espera dos postos de atendimento possam contribuir no processo de acesso à informação por parte dos usuários. Como forma de expandir o acesso aos serviços, sugere-se a descentralização destes para todos os CRAS do município e a contratação de assistente social para compor a equipe do cadastro único, como também a aquisição de um carro e motos, a fim de viabilizar as visitas domiciliares.

Como sugestão para trabalhos futuros no município de Aracati, recomenda-se a realização de estudos com uma amostra maior de usuários, como também com a participação das coordenações e técnicos dos CRAS. Recomenda-se ainda a realização de estudos em outros municípios que se assemelhem a este, a fim de analisar essa ferramenta tão importante de inclusão social e de planejamento para as gestões municipais.

Cabe ainda mencionar que a centralização do cadastro único na sede do município retrata algo comum nos municípios brasileiros, que é a ausência de

políticas públicas com foco na população que vive nas zonas rurais, haja vista que os serviços tendem a se concentrar nas sedes dos municípios. Com isso, propõe-se a descentralização dos serviços do CadÚnico para a zona rural, seja por meio de postos fixos de atendimento nessas áreas, seja por meio de equipes volantes que possam percorrer todo o território da zona rural, a fim de facilitar o acesso dessa parcela da população aos direitos sociais.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BIROCHI, Renê. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. 2 ed. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 177, de 16 de junho de 2011**. Define procedimentos para a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, revoga a Portaria nº 376, de 16 de outubro de 2008, e dá outras providências. 2011. Disponível em: PORTARIA\_GESTAO\_CADASTRO\_N\_177\_16\_JUNHO\_2011.pdf (mds.gov.br). Acesso em: 10 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cidadania. **Relatório de Informações Sociais**. 2021a. Disponível em: SAGI | Relatórios de Informações Sociais (mds.gov.br). Acesso em: 06 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. 2007. Disponível em: Decreto nº 6135 (planalto.gov.br). Acesso em 10 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Módulo 4: Noções sobre programas usuários**. In: Curso Cadastro Único: conhecer para incluir. Ministério da Cidadania, 2021b.

COMPAGNOLO, Milena Gabriela. **Práxis informacional: uma nova estratégia de intervenção? Um estudo sobre o cadastramento único**. 2006. 78 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2006.

FREIRE, Carolina da Silva. **A importância da informação sobre o Cad Único para a inclusão de pessoas em programas sociais no município de Campos dos Goytacazes**. 2016. 52 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Departamento de Serviço Social de Campos, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE. **Cidades**. Aracati. Panorama. Disponível em: IBGE | Cidades@ | Ceará | Aracati | Panorama. 2020. Acesso em: 06 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019.** Educação 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Desemprego.** Disponível em: Desemprego | IBGE. 2021. Acesso em: 22 ago. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. P. 87-108. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. **Política Social no Capitalismo – Tendências Contemporâneas.** São Paulo, Cortez, 2008.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SPOSATI, Aldaíza (Coord). **Carta-tema: a assistência social no Brasil, 1983-1990.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **Assistência Social: de ação individual a direito social.** Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC, n. 10, jul./dez. 2007a.

\_\_\_\_\_. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007b.

TORRES, José Carlos da Exaltação. **O CadÚnico na identificação e classificação social de quem são os pobres do Brasil.** Salvador, 2010. 221 f.

**APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com usuários**

1. **Localidade/bairro:** \_\_\_\_\_
  
2. **Idade:** \_\_\_\_\_
  
3. **Sexo:** ( ) F ( ) M ( ) Outro \_\_\_\_\_
  
4. **Raça/etnia:**  
( ) Branca ( ) Negra ( ) Amarela ( ) Parda ( ) Indígena ( ) Outra \_\_\_\_\_
  
5. **Escolaridade:**  
( ) Ensino fundamental incompleto  
( ) Ensino médio incompleto  
( ) Ensino superior incompleto  
( ) Ensino fundamental completo  
( ) Ensino médio completo  
( ) Ensino superior completo
  
6. **Está inserida (o) no mercado de trabalho?**  
( ) Sim ( ) Não
  
7. **Composição familiar:**  
( ) Cônjuge  
( ) Filho (s), quantos? \_\_\_\_\_  
( ) Pai  
( ) Mãe  
( ) Irmão (s)  
( ) Outros \_\_\_\_\_
  
8. **Renda familiar:**  
( ) Menos de 1 salário mínimo  
( ) 1 salário mínimo  
( ) De 2 a 3 salários mínimos

( ) Acima de 3 salários mínimos

**9. Por que você procurou o setor de Cadastro Único?**

- ( ) Para realizar cadastramento  
( ) Para atualização cadastral  
( ) Para pedir informações  
( ) Para solicitar declaração/Folha resumo  
( ) Outro motivo \_\_\_\_\_

**10. Você tem dificuldades de ter acesso ao atendimento do Cadastro Único?**

( ) Sim ( ) Não

**11. Você conhece algum programa, serviço ou benefício que pode ter acesso através do Cadastro Único?**

( ) Sim ( ) Não

Qual/quais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**12. Você ou sua família é ou foi beneficiária de algum programa, serviço ou benefício social?**

- ( ) Sou/Qual (quais)? \_\_\_\_\_  
( ) Já fui/Qual (quais)? \_\_\_\_\_  
( ) Não

**13. De que forma você obtém informações sobre o Cadastro Único e programas sociais?**

- ( ) Nos Cras  
( ) Nos postos de atendimento do CadÚnico  
( ) Em outros órgãos públicos  
( ) Nas redes sociais/sites da internet  
( ) Através de amigos/familiares  
( ) Por outros meios  
( ) Nunca obtenho informações  
( ) Por meio do whasApp do Cadastro Único

**14. Você já deixou de ter acesso a algum programa social ou ao Cadastro Único por falta de informação?**

( ) Sim ( ) Não

**15. Você acredita que o Cadastro Único é importante para o acesso a programas, benefícios ou serviços?**

( ) Sim ( ) Não

Por quê?

---

---

## APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com servidores

- Escolaridade;
- Área de formação (se cursou ensino superior ou técnico);
- Cargo/função que ocupa;
- Tempo de atuação no cargo/função;
- Você passou por algum treinamento/capacitação sobre o Cadastro Único?
- Você sabe como acontecia a inserção dos usuários na assistência social antes da existência do Cadastro Único?
- Na sua opinião, a sistematização dos dados das famílias de baixa renda através do Cadastro Único trouxe ganhos à população e/ou à gestão municipal? Quais?
- No seu cotidiano profissional, você consegue passar informações importantes sobre o Cadastro Único e os programas sociais aos usuários que atende?
- Como você avalia o acesso das pessoas aos postos de atendimento do CadÚnico? Os usuários têm facilidade de acesso?
- Qual sugestão de melhoria você faria para a gestão do Cadastro Único?

### APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com Coordenador e Gerente Executivo

- Escolaridade;
- Área de formação (se cursou ensino superior ou técnico);
- Cargo/função que ocupa;
- Tempo de atuação no cargo/função;
- Você sabe como acontecia a inserção dos usuários na assistência social antes da existência do Cadastro Único?
- Na sua opinião, a sistematização dos dados das famílias de baixa renda através do Cadastro Único trouxe ganhos à população e/ou à gestão municipal? Quais?
- O município utiliza os dados do Cadastro Único para o planejamento das ações no âmbito da assistência social? Você poderia mencionar de que forma?
- Existe algum tipo de ação que vise a divulgação de informações sobre o Cadastro Único e benefícios que ele proporciona no município? Como elas ocorrem?
- Existem ações que visem facilitar o acesso dos usuários aos serviços do Cadastro Único no município? Como acontecem?
- O que você acredita que pode ser melhorado na gestão/setor de Cadastro Único no município?